

TIAGO FILIPE ALVES MOUTINHO

**O COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO, ATRAVÉS
DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA
COMPANHIA HUNT, NEWMAN & ROOPE, C^o.,
ENTRE 1800 E 1832**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade do Porto, em ordem à obtenção
do grau de Mestre em História, Relações
Internacionais e Cooperação**

**PORTO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2010**

Agradecimentos

Na realização deste trabalho, foi importante a ajuda dos meus amigos, e nesse sentido, quero agradecer-lhes pelo apoio prestado na realização desta dissertação.

Quero também agradecer ao meu orientador, o professor doutor Jorge Ribeiro, pela ajuda na realização desta dissertação, pois o seu apoio foi fundamental. Agradeço também aos professores do Departamento de História, pelo apoio que me deram para a realização deste trabalho.

De referir, por último, o apoio dos meus pais, pois sem isso, este trabalho não poderia ter sido realizado.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Índice

Índice	1
Introdução	2
Capítulo I – A situação política portuguesa na primeira metade do século XIX.	8
Capítulo II – O Comércio do Vinho do Porto, através da análise da documentação da Companhia <i>Hunt, Newman & Roope, C^o.</i>, entre 1800 e 1832	35
Conclusão	56
Bibliografia	59
Anexos	62

Introdução

O presente trabalho insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, no qual iremos analisar o Comércio de Vinho do Porto entre 1800 e 1832, através da documentação da empresa *Hunt, Newman & Roope, Cº*.

Ao longo do primeiro semestre, do primeiro ano lectivo, do mestrado, optámos pela elaboração de uma dissertação de Mestrado, decidindo abordar uma temática sobre o comércio do vinho do Porto, visto já termos tratado alguns aspectos desta matéria, em algumas disciplinas da licenciatura em História. Sendo, assim, escolhemos como período a estudar, o primeiro terço do século XIX e definimos como objecto de estudo a análise de documentação de uma empresa exportadora de vinho do Porto.

Após algumas pesquisas, enveredamos pela análise da documentação da empresa. De entre o corpo documental desta, estudamos os Conhecimentos de Embarque, pois estes suscitaram-nos grande interesse e tanto quanto nos foi dado a apurar, não foram ainda estudados.

Sobre a questão do comércio do vinho do Porto, existe muita bibliografia relacionada com o tema. Gostaríamos, porém, de ressaltar o trabalho de Conceição Andrade Martins, intitulado “*Memória do vinho do Porto*”, um das obras, quanto a nós, mais completas sobre o tema. Este livro foi precioso para a presente dissertação, pois além de servir para um melhor conhecimento da bibliografia a estudar, foi importante para a compreensão da documentação por nós analisada.

O trabalho está dividido em 4 partes: a Introdução, onde vamos fazer uma apresentação do trabalho, expor o corpo documental que nos propomos a analisar, a metodologia a usar, uma breve apresentação e crítica das fontes e um resumido historial da companhia. No capítulo I, estudaremos a situação política portuguesa na primeira metade do século XIX e no Capítulo II, o Comércio do Vinho do Porto, através da análise da documentação da Companhia *Hunt, Newman & Roope, Cº*, entre 1800 e 1832. Após o que faremos uma conclusão, indicaremos a bibliografia utilizada.

Metodologia

Para a realização do trabalho, usaremos o programa de bases de dados, *File Maker*. A informação foi recolhida sob a forma de bases de dados, de modo a melhor poder

tratar a documentação a analisar. Nas fichas por nós elaboradas, consideramos vários campos de análise. No que diz respeito aos **Conhecimentos de Embarque**, contemplamos os seguintes: ano; nome do navio; portos de destino; mercadoria; fretes; datas.

Na documentação aparecem-nos diversos tipos de pesos e medidas, pelo que entendemos convertê-los em litros. Assim, a uma pipa (*pipe*) correspondem 550 litros e a uma meia pipa (*hogshead*) correspondem 275 litros. Em alguns casos, porém, a própria documentação continha informação que nos ajudou nesta conversão. Através da análise dos documentos, verificamos que em alguns casos, 1 casco (*cask*) de 7 almudes significava um terço de pipa (tendo 1 pipa, 21 almudes e um terço, ou sejam, 7 almudes). Noutros casos, 1 quarto de pipa (*quarter cask*), equivalia a 5 almudes, considerando a pipa como contendo 20.

Deste modo, de acordo com Conceição Andrade Martins, Paul Duguid, e dados por nós recolhidos na documentação estudada, considerámos que uma pipa tem 550 litros; uma meia pipa 275 litros; um terço de pipa equivale a 183,33 litros; e uma quarto de pipa a 137,5 litros. Os almudes variam entre 26,19 litros, quando a pipa é de 21 almudes; e 27,5 litros, se essa mesma pipa apenas tem 20 almudes.¹

Na documentação, também temos informação de que algum do vinho era exportado já engarrafado. Assim, uma garrafa equivale a 0,75 litros²; uma *pint bottle* a 0,56826125 litros³; uma *quart bottle* a 1,1365225 litros⁴; uma a quartilho⁵ 0,5725 litros; e ½

¹ Desde o reinado de Henrique VI que uma pipa para importação para a Grã-Bretanha continha 126 galões imperiais ou 550 litros. Esta medida foi confirmada por vários estatutos ingleses, sendo o mais recente de 1707. A pipa do Douro foi fixada em 21 almudes. O vinho era exportado em pipas, meias pipas (barris), um terço de pipa, e em almudes. Contudo, desde 1728 que nenhum vinho podia entrar em Inglaterra em contentores com uma capacidade menor que 63 galões ou meia pipa. A mesma lei foi aplicada na Irlanda a partir de 1786. No entanto, a quantidade de vinho por pipa variava: algumas têm vinte almudes, perfazendo com que um quarto de pipa sejam cinco almudes; outras têm 21 almudes, o que faz com que um terço de pipa sejam sete almudes. In DUGUID, Paul – **Tudo em detalhes: instantâneos sobre o Comércio de Vinho do Porto em 1777 e 1786**. In “**Douro: Estudos & Documentos**”, nº10. Porto: GEHVID, 2000. p.47-48, ver a nota 7; p.48 ver nota 9; MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.224; Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, Co., Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379. Registo de 13 de Agosto de 1814. e **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222. Registo de 7 de Julho de 1824.

² Neste caso, tivemos algumas dúvidas sobre se a medida seria igual á existente hoje em dia, pelo que, após realizarmos uma experiência na Casa Ferreira com uma garrafa da época, chegamos à conclusão que a medida era de 0,75 litros.

³ <http://www.legislation.gov.uk/uksi/1995/1804/schedule/made>. (Acedido em 25 de Setembro de 2010, 11h32m).

⁴ <http://www.legislation.gov.uk/uksi/1995/1804/schedule/made>. (Acedido em 25 de Setembro de 2010, 11h36m).

quartilho a 0,28625 litros. De referir ainda, que na documentação aparece a denominação de garrafas pequenas e de garrafas grandes e nós consideramos as primeiras como sendo as *pint bottles* e as segundas como sendo *quart bottles*.

Na nossa análise não consideramos os registos onde constavam as expressões null e void, pois estes estavam anulados.

Apresentação das Fontes e da *Companhia Hunt, Newman & Roope, C^o*.

Neste trabalho usei sobretudo o arquivo da *Hunt, Newman & Roope, C^o*, hoje integrado no Arquivo Histórico A.A. Ferreira. Após uma pesquisa nos catálogos, decidimos usar a seguinte documentação: **Conhecimentos de Embarque (1786-1899)**, pois tem o registo de embarque de mercadorias, com a indicação de nome do barco e seu destino, usando as pastas 337 (1790-1802), pasta 379 (1814-1819), pasta 222 (1819-1825), pasta 268 (1825-1830) e pasta 34 (1830-1838). Usaremos a informação relativa aos portos, às mercadorias e às datas, fazendo uma análise anual, enunciando os meses com mais exportação e os principais portos de destino da mercadoria.

Conhecimentos de Embarque

Esta fonte é impressa, tendo espaços em branco que são preenchidos manualmente e contém os seguintes campos informativos: nome do barco; nome do capitão; porto de destino do navio; mercadoria; destino da carga; nome do consignador; responsabilidade⁶; frete; conhecimentos de embarque; data; e assinatura do capitão.

Os conhecimentos de embarque da *Hunt, Newman & Roope, C^o*, conservados no Arquivo Histórico A. A. Ferreira, embora com vários hiatos temporais, cobrem o período entre 1786 e 1899. Para a época estudada (1800-1832), consultamos os seguintes livros: 1790-1802, 1814-1819, 1819-1825, 1825-1830, 1830-1838. Não conseguimos encontrar documentação para os anos entre 1802-1814, depreendendo que esta tenha desaparecido.

⁵ Quartilho = quarta parte de uma canada. Uma canada é igual a 1/12 de almude. Uma canada tem assim 2,29 litros (27,5/12). In MARQUES, A. H. de Oliveira — **Pesos e Medidas**, In “SERRÃO, Joel (dir.) — **Dicionário de História de Portugal**,” vol.5, Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p.70.

⁶ Na documentação aparece o espaço preenchido com His Assigns. Interpretamos como sendo a quem é endereçado o embarque ou alguém em seu nome.

Algumas considerações sobre a fonte estudada.

No que diz respeito ao frete, alguns registos têm os valores em outras moedas estrangeiras, como por exemplo patacas espanholas (*spanish dollars*), rublos e florins, não se utilizando apenas libras esterlinas.

Os livros de conhecimentos de embarque, nem sempre estão nas melhores condições de conservação, o que dificulta a sua consulta e a organização de quadros e tabelas. Além disto, alguns estão incompletos, outros têm campos por preencher e muitos dos registos não estão ordenados cronologicamente.

No entanto, apesar do que acabamos de escrever, as fontes em análise têm enormes potencialidades, pois contêm informações relevantes para o conhecimento da actividade da firma *Hunt, Newman & Roope, C^o*. Através deles, podemos saber os portos com os quais a companhia realizava mais trocas comerciais. Por outro lado, quando a fonte refere as mercadorias exportadas, ficamos a saber em que produtos negociava a *Hunt, Newman & Roope, C^o*, podendo-se inclusive, cruzar com outras fontes de informação, o que pretendemos fazer em estudos futuros. No que diz respeito aos fretes é uma fonte preciosa para o estudo da evolução dos preços dos referidos fretes. Além disto, podemos saber quais os clientes da empresa e as marcas utilizadas para as pipas.

Breve História da *Hunt, Newman & Roope, C^o*

O fundo da casa *Hunt, Newman & Roope, C^o*, está integrado no Arquivo Histórico Casa Ferreirinha.⁷

Embora esta firma seja uma das mais antigas, pois as várias famílias que estão na origem desta empresa têm negócios em Portugal, pelo menos desde meados do século XVII. A *Holdsworth, Olive and Hunt, Newman & Roope, C^o*, *Newman & Roope, C^o*, que se estabeleceu em Vila Nova de Gaia em 1735, está directamente na origem da *Hunt, Newman & Roope, C^o*. Esta foi comprada pela Casa Ferreira (à altura Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto) em 1956.⁸

Segundo vários investigadores – ingleses, americanos e canadianos, este arquivo é o mais completo do que os que a empresa tinha na Inglaterra e no Canadá. Por outro lado,

⁷ LEAL, Paula Montes – **O Arquivo Histórico A.A.F.** In “SOUSA, Fernando de – **Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto. (6/7 de Dezembro de 2001).**” Porto: CEPES, 2001. p.77.

⁸ LEAL, Paula Montes – ob. cit. p.78. Existe documentação para a *Hunt, Newman & Roope, C^o* a partir de 1755, num total de cerca de 1.206 unidades.

é, na opinião de Paul Duguid, historiador da Universidade da Califórnia – Berkeley, o mais completo existente neste sector.⁹

Para os séculos XVIII e XIX (com alguma ressalva para a última década do século XVIII, em que se notam algumas falhas), encontram-se os usuais diários, livros de razão, copiadores, etc., assim como os caixotes de correspondência.¹⁰ No século XX, algumas séries continuam, enquanto outras novas séries surgem, de acordo com a evolução da empresa. De notar que até finais do século XIX, a *Hunt, Newman & Roope, Cº.*, tal como inúmeras empresas do sector, de acordo com registos igualmente guardados do arquivo, também negociavam em peixe, nomeadamente, bacalhau.¹¹

De acordo com o relatório de estágio de Marlene da Cruz, a firma *Hunt, Newman & Roope, Cº.*, tem as suas origens em algumas famílias de Dartmouth, os Newman, Mudd, Roope, Holdsworth e Hunt, que iniciaram a sua actividade, fundamentalmente, com o comércio de peixe. Os Newman, originários de Tones-Devon, viveram durante o século XIV a sul de Devon. No século XV, Thomas Newman começou a importar vinhos europeus em troca de peixe e sal, iniciando-se no comércio de peixe da “Terra Nova”, que desenvolveram durante o século seguinte através do envio das suas embarcações. Criaram uma frota de veleiros mercantes, com sede em Dartmouth, que hasteava a bandeira da Casa – o xadrez do brasão dos Newman. Faziam o curso nos seus próprios navios, na rota da Terra Nova, onde começaram a carregar, para Portugal e outros países, bacalhau seco e salgado. Trocavam o bacalhau por vinho e outros produtos e, assim, vieram ao conhecimento dos vinhos da região do Douro.

Em 1601, Richard Newman conseguiu os direitos de pesca de “Newman’s Rock”, na costa do sul. Por volta de 1624, instalam-se no Porto e em Viana do Castelo, e adquirem a tanoaria a vapor, em Vila Nova de Gaia. Em 1661, William Roope de Dartmouth estabeleceu-se como comerciante em Bilbao, Espanha, em conexão com a Terra Nova, comerciando em bacalhau e vinho. Em 1679, à firma juntaram-se os Roope’s, e passaram a designar-se “Roope’s and Company”. Em 1700 designava-se “Robert Newman and Company”. Tinham armazéns nas costas de Espanha e Portugal para a sua mercadoria, comercializando em Viana do Castelo.

Em 1735, os Holdsworths and Newmans, e os Olives de Dartmouth decidiram trabalhar juntos tendo em conta os interesses relacionados com o vinho do Porto e o

⁹ *Idem Ibidem.* p.78.

¹⁰ *Id. Ibid.* p.78.

¹¹ *Id. Ibid.* p.78.

bacalhau da Terra Nova em Portugal, sob a denominação “*Hunt, Roope and Company*”. Tinham armazéns de peixe no Porto, e armazéns de vinho em Vila Nova de Gaia, onde tinham um pequeno escritório. Em 1782, um dos sócios de *Robert Newman & Company*, foi para Londres e abriu um escritório relacionado com os negócios da empresa.¹²

De acordo com Marlene da Cruz, foram várias as designações que a companhia teve ao longo dos séculos XVIII e XIX. Estas foram algumas: “*Holdsworth, Olive and Newman*”; “*Newman, Land & Companhia*”; “*Hunt, Newman & Roope, C.º*”; “*Newman & Roope, C.º*”; “*Roope, Teage & Company.*”¹³

Entre 1917 e 1954, a companhia sofreu várias modificações, convertendo-se dois anos mais tarde, numa sociedade por quotas, altura em que foi comprada pela A. A. Ferreira, S.A. e finalmente, a partir de Dezembro de 2003, faz parte do Grupo Sogrape – Vinhos.¹⁴

Para finalizar, gostaríamos apenas, de relembrar a importância do espólio documental, que esta e outras companhias exportadoras de vinho da região do Douro, sediadas no Porto desde há séculos, têm para o estudo e conhecimento, tanto do comércio portuense como das actividades dos britânicos residentes na cidade.

¹² CRUZ, Marlene da – *Hunt Roope & Companhia. Vol. I. Relatório de Estágio do Curso Pós-Graduação em Ciências Documentais, Variante Arquivos*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2005. p.22-24

¹³ *Idem, Ibidem*, p.22-24.

¹⁴ *Id. Ibid.* p.22-24.

1– A situação política portuguesa no 1º terço do século XIX

1.1 – Portugal e a Revolução Francesa

De início, a Revolução Francesa foi noticiada em Portugal como um fenómeno meramente francês, sendo de certo modo, até, compreensível devido às realidades políticas internas desse país.¹⁵ Os acontecimentos ocorridos em França, em 1789, não tiveram uma reacção completamente negativa por parte das autoridades portuguesas. De facto, pensou-se que das transformações em curso resultaria num futuro melhor tanto para a França, como para outras nações, que aí encontrariam um modelo a seguir.¹⁶ Nesse sentido, as informações dos embaixadores de Portugal em Paris e Londres começaram por não transmitir uma nota muito alarmista dos acontecimentos. Igualmente, as informações chegadas de Paris por via diplomática referiam os primeiros acontecimentos “tranquilamente”.¹⁷

As notícias vindas de Paris, divulgadas pela Gazeta de Lisboa e pelo Jornal Enciclopédico, foram bem acolhidas em Portugal, podendo-se mesmo falar na existência de um grupo iluminista na corte portuguesa. Deste modo, as notícias sobre os factos ocorridos nos primeiros tempos da Revolução Francesa chegaram a Portugal com uma interpretação positiva, mostrando a Gazeta de Lisboa uma tendência bastante liberal. Esta anunciava em tom bastante optimista os acontecimentos, devido à tolerância que alguns membros da aristocracia demonstravam para com algumas das medidas adoptadas em França.¹⁸

Após a tomada da Bastilha, com o período de radicalização da revolução, o medo da anarquia modificou radicalmente os sentimentos dos diplomatas portugueses, pois sentiam repugnância pela anarquia e pelos “excessos da democracia”. Assim, a

¹⁵ MACEDO, Jorge Borges de – **História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força. Estudos de Geopolítica. Vol.I.** Lisboa: Tribuna/Instituto de Defesa Nacional, 2006. p.363.

¹⁶ RAMOS, Luís de Oliveira – **Sob o Signo das Luzes.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. p.148.

¹⁷ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.364.

¹⁸ GOTTERI, Nicole – **Napoleão e Portugal.** Lisboa: Teorema, 2006. p.47-48; MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.364; LABOURDETTE, Jean-François – **História de Portugal.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.464; ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – **As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais.** In “MATTOSO, José (dir.) – **História de Portugal. Vol. V. O Liberalismo (1807-1890)**”. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p.18.

liberdade de expressão foi coarctada, deixando os jornais de noticiar com relevo os acontecimentos ocorridos em França, aparecendo apenas pequenas notícias.¹⁹

O Governo de Lisboa, inquieto com a difusão de teorias subversivas, tomou então medidas de vigilância e de restrição das liberdades, cabendo ao Intendente-Geral da Polícia, Pina Manique, a tarefa de impedir a infiltração e a propagação das ideias revolucionárias. Em primeiro lugar, voltou-se contra a maçonaria, pois esta simpatiza com as ideias revolucionárias e podia acolher pessoas vindas de França; proibiu-se o estabelecimento de novas lojas maçónicas e as actividades de alguns franceses. Os meios afrancesados, considerados como foros de propaganda foram colocados sob vigilância. Foram igualmente perseguidos os franceses suspeitos de propagarem os ideais revolucionários, chegando mesmo, alguns deles, a serem expulsos. Esta vigilância tornou-se mais apertada após a proclamação da República e a implantação do governo da Convenção, chegando a ser alvo dela preceptores, criadas e emigrados, uma vez que se temia que entre estes indivíduos se encontrassem alguns revolucionários que tentassem alterar a ordem pública, sendo alguns expulsos e encarcerados. Além disto, também se tomaram medidas contra todos os portugueses suspeitos de simpatia para com as ideias revolucionárias.²⁰

Quando surgiu a Revolução Francesa, tanto a corte portuguesa como as europeias não deram grande importância ao sucedido, achando ser um episódio decorrente das realidades políticas francesas. Porém, quando foi conhecido o texto da Constituição Francesa de 1791, subitamente, todos se aperceberam da realidade de uma nova doutrina política, totalmente contrária à base em que assentava o próprio poder tradicional.²¹ No entanto, após 21 de Junho de 1791, quando se deu a tentativa de fuga de Luís XVI, é que surge a primeira posição dos responsáveis políticos franceses endereçadas às potências estrangeiras pois após ter sido impedido de fugir, Luís XVI remeteu aos embaixadores de todos os governos acreditados em Paris, uma carta, com data de 29 de Setembro, onde informa que aceitara a Constituição e se encontrava no uso dos direitos que nela lhe eram conferidos.²² As primeiras cortes europeias a reagir

¹⁹ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – **D. João VI. O Clemente**. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. p.50; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.465-466; ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – *ob. cit.* p.18-19; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.48.

²⁰ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.465-466; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.48-50.

²¹ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.363; FARIA, Ana Leal – **Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815**. Lisboa: Tribuna da História, 2008. p.150.

²² MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.364.

foram as da Prússia e da Áustria, pois a Declaração de Pilnitz, formulada pelo general Brunswick, era na realidade uma ameaça de intervenção militar, uma vez que os monarcas europeus eram convidados a restabelecer a ordem em França, uma vez que a revolução de 1789 constituiu um atentado ao direito divino. Formou-se então uma campanha revolucionária em que tanto a Inglaterra como a Santa Sé e a Espanha colaboraram, embora a guerra não fosse declarada.²³

Com a declaração de guerra ao rei da Boémia e da Hungria por parte da França revolucionária, o governo português viu-se envolvido nos conflitos europeus. O Governo português manteve a sua posição de neutralidade quando se anteviu um possível conflito com a França.²⁴ A possibilidade de a Espanha se ver envolvida na guerra e ter pedido auxílio forçou a diplomacia portuguesa a encarar a eventualidade de abandonar a neutralidade. De facto, recusar o apoio solicitado correspondia a quebrar a política de aproximação que Lisboa tinha feito com Madrid.²⁵ Consciente dos escassos recursos da diplomacia portuguesa, Luís Pinto de Sousa Coutinho, procurou constituir uma tríplice aliança, entre as três potências ocidentais: Portugal, Grã-Bretanha e Espanha. Assim evitaria um grave perigo para o país logo que os interesses das três potências deixassem de coincidir.²⁶

Nos inícios de 1793, quando se estava a formar a Primeira Coligação, as autoridades portuguesas cautelosamente procuravam evitar mal-entendidos diplomáticos entre a Espanha e a Grã-Bretanha e que levassem Portugal a entrar em conflitos superiores às suas forças. Deste modo, a diplomacia portuguesa optou por manter os acordos que tinha assumido anteriormente (Tratado do Pardo de 1778).²⁷ Portugal assinou então convenções de ajuda mútua, com os governos de Madrid, a 15 de Julho de 1793 e de Londres, a 26 de Setembro de 1793, após ter negociado cláusulas de protecção, pois a posição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Português, Luís Pinto de Sousa Coutinho, era a de que Portugal devia entrar em guerra ao lado dos

²³ FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.150; CUNHA, P. Penner – **Sob Fogo. Portugal e a Espanha entre 1800 e 1820**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p.66.

²⁴ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.55.

²⁵ *Idem, Ibidem.* p.55.

²⁶ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.366-367.

²⁷ *Idem, Ibidem.* p.369-370.

Aliados. Esta posição era contrária à de alguns ministros, favoráveis à manutenção da neutralidade portuguesa no conflito.²⁸

Ao abrigo do estipulado no Tratado do Pardo de 1778, Portugal pôs à disposição de Espanha, um corpo militar de 6.000 homens, para lutar no Rossilhão. Em Setembro de 1793, o corpo militar português embarca para a Catalunha, para, a partir daí conjuntamente com as forças espanholas invadir a França, chegando ao teatro de operações em fins de Outubro. O conflito vai ter como teatro território francês e durar cerca de dois anos, participando o corpo português em diversas batalhas. Contudo, após sucessivas vitórias francesas, em Abril de 1794, as tropas luso-espanholas começam a retirar-se. Finalmente, os espanhóis assinam com os franceses a Paz de Basileia. Como Portugal oficialmente não havia declarado guerra à França, não participa nestas negociações.²⁹

A participação portuguesa foi alvo de fortes críticas, devido às suas consequências: perdas enormes causadas do comércio intercontinental luso devido à acção das forças navais francesas, mas também por se ter quebrado a neutralidade.³⁰

Nos anos subsequentes, o ministério de Carlos IV, dirigido pelo influente D. Manuel Godoy, “Príncipe da Paz”, reforça a aliança da sua corte com o Directório republicano. O distanciamento diplomático entre os dois países Ibéricos nesta conjuntura de guerra colocava Portugal numa situação muito delicada, pois a política intervencionista de Luís Pinto de Sousa Coutinho saldou-se por um isolamento diplomático e militar de Portugal, ainda para mais ameaçado pelo ressentimento gaulês. De facto, o Comité de Salvação Pública da República, mostrara-se favorável a uma invasão franco-espanhola do território português, caso este país não abdicasse do tráfego inglês nos seus portos, exigência essa que acabaria por ser expressa numa das cláusulas do Tratado de Santo Ildefonso, assinado a 19 de Agosto de 1796.³¹

Era objectivo da diplomacia portuguesa manter a Aliança com a Grã-Bretanha, e assegurar-se do seu auxílio para a defesa da costa portuguesa e do Brasil contra quaisquer tentativas francesas, visto que os interesses de Madrid e Paris coincidiam num

²⁸ FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.151; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.470; ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – *ob. cit.* p.19-20.

²⁹ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.370; CUNHA, P. Penner – *ob. cit.* p.60-61; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.53.

³⁰ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.55.

³¹ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.470; ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – *ob. cit.* p.20; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.54-55.

ponto: era essencial para ambos que Portugal rompesse com a Aliança Inglesa. Houve, então, uma tentativa francesa de negociações com Portugal, quando, a 16 de Outubro de 1796, começaram as conversações entre o representante português em Haia, António de Araújo de Azevedo e o Directório.³²

Após negociações, chegou-se a um acordo, com um tratado a ser assinado a 10 de Agosto de 1797. Por este convénio, Portugal comprometia-se a pagar uma compensação financeira à França, a não receber em cada um dos seus portos mais do que seis vasos de guerra ingleses e a ceder um território na Guiana.³³

O governo inglês ao saber deste acordo reagiu violentamente, pelo que enviou um ultimato à corte de Lisboa exigindo que não ratificasse o tratado, ameaçando Lisboa com um bloqueio e uma intervenção militar. A corte portuguesa via-se perante um dilema: sofrer as represálias inglesas, caso ratificasse o tratado, ou se não o fizesse, a continuação da guerra com a França. O governo português optou então por um meio-termo: enviar para Paris uma ratificação parcial. No entanto, esta não foi aceite pelo governo francês, que considerou assim nulo o acordo.³⁴

Face a isto, voltou a falar-se na invasão de Portugal, mas o Governo espanhol, ciente do que isso significava, opôs-se ao projecto.³⁵

1.2 – Portugal e as Guerras Napoleónicas

Com a ascensão em 1799 de Napoleão Bonaparte ao poder, a França mantém o objectivo de derrotar a Grã-Bretanha. Para isso era necessário o apoio da Espanha, pelo que as relações entre os dois países foram reatadas. Além disto era necessário conseguir que Portugal fechasse os seus portos à navegação inglesa. Tudo isto irá conduzir à assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1 de Outubro de 1800, que retomava os compromissos assumidos no Tratado anterior de 1796, no que diz respeito a Portugal.³⁶

Assim, a 1 de Dezembro de 1800, chega a Madrid como novo embaixador francês, Luciano Bonaparte, irmão de Napoleão. Para este, o mais importante era obter de Madrid uma colaboração eficaz para forçar Portugal a aceder às suas exigências, e para

³² MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.371-372; FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.152.

³³ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.55.

³⁴ FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.153; MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.372; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.55-56.

³⁵ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.372.

³⁶ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.63-65.

isso, Luciano remete ao rei Carlos IV uma missiva de Napoleão na qual o Primeiro Cônsul insistia no interesse que teria para os dois países a conquista de Portugal.³⁷

Todavia, o rei espanhol Carlos IV via com reticências um conflito com Portugal, em parte devido aos laços de parentesco, dado a sua filha, D. Carlota Joaquina ser casada com o Príncipe Regente D. João. Deste modo, fez fortes pressões para que o governo português aceitasse abandonar a aliança com Inglaterra, único meio para evitar um conflito. Como o governo português não se resolveu a abandonar a aliança inglesa, só restou a Carlos IV ceder aos desejos de Napoleão, com a condição de que Portugal não fosse desmembrado, mas somente obrigado a deixar a sua aliança com Inglaterra. Isto levou a que em 29 de Janeiro de 1801, França e a Espanha assinassem em Madrid, um tratado com esse fim. Por esta convenção, Portugal tinha a obrigação de romper imediatamente a sua aliança com o Reino Unido e fechar os seus portos a qualquer navio britânico; as tropas espanholas ocupariam uma ou duas províncias portuguesas, até à restituição pelos ingleses das ilhas de Trinidad e de Minorca, nas Baleares, à Espanha e de Malta à França. O Regente tinha um prazo de 15 dias para se decidir, e em caso de recusa, Carlos IV declararia guerra a Lisboa, ao passo que Paris se comprometia a pôr à disposição tropas, logo que essas lhe fossem exigidas. Por outro lado, as indemnizações devidas à França eram alvo de um articulado pormenorizado e, caso o país fosse conquistado, a Espanha sub-rogaria as obrigações portuguesas.³⁸

O embaixador espanhol em Lisboa transmitiu ao Príncipe Regente o ultimato do seu governo, ao mesmo tempo a corte portuguesa tentava encetar conversações diplomáticas com Madrid, de forma a persuadir a corte de Carlos IV a não cumprir o articulado do tratado. Portugal tenta também negociar com França, contudo, as respostas enviadas por Paris foram recusadas pelo executivo luso.³⁹ No fim de Fevereiro, Carlos IV declara guerra a Portugal.⁴⁰

Em Abril de 1801, o exército espanhol estava pronto a actuar, com uma força de cerca de 50 mil homens.⁴¹ O governo de Lisboa contava com o auxílio da Grã-Bretanha, pois já o tinha solicitado anteriormente, mas o executivo de Londres recusou o pedido,

³⁷ *Idem, Ibidem.* p.65-66.

³⁸ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.67-68; FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.154; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.470-471.

³⁹ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.68; 73; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.76.

⁴⁰ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.68.

⁴¹ *Idem, Ibidem.* p.71.

devido tanto a factores internos como externos.⁴² Portugal tinha de enfrentar a ameaça de invasão com os seus únicos recursos.⁴³

De facto, em 19 de Maio de 1801, Portugal foi assim invadido pelas tropas franco-espanholas, que desencadearam uma ofensiva directamente ao Alto Alentejo, conquistando nesse mesmo dia a praça de Olivença, sem resistência dos portugueses. Nos dias seguintes outras localidades são capturadas, apenas resistindo a praça de Elvas, ao mesmo tempo que uma ofensiva espanhola vinda de Ayamonte, na foz do Guadiana, falha na tentativa de atravessar o rio. Entretanto, as forças portuguesas receberam ordens para retirar na direcção do Tejo.⁴⁴ Em cerca de três semanas, Portugal, apesar do apoio de regimentos de emigrados franceses, tinha sofrido uma séria de derrotas militares no seu próprio território. Esta campanha ficou conhecida como “Guerra das Laranjas”.⁴⁵

Pouco depois do início da ofensiva, Portugal enviou a Paris um emissário (Luís Pinto de Sousa Coutinho) para negociar com Godoy, entabulando-se negociações em Badajoz entre os dois homens e o embaixador de França (Luciano Bonaparte).⁴⁶ As conversações começaram em 29 de Maio e terminaram com a assinatura de dois textos separados, no dia 7 de Julho de 1801. A Espanha conservava Olivença e o seu termo mas entregava todas as povoações e recebia uma indemnização, evacuando em seis dias os territórios ocupados. Portugal comprometia-se a fechar os portos aos Ingleses até à paz geral e obtinha a garantia da posse dos seus Estados e Colónias. Estas duas últimas cláusulas achavam-se igualmente no tratado assinado com a França à qual era concedida além disso, uma parte da Guiana portuguesa, sendo as duas Guianas separadas pelo rio Araguari no qual a navegação seria feita pelos dois países. Um tratado de aliança defensiva e um tratado de comércio seria assinado pelas duas potências. O acordo estabelecia também as condições das relações comerciais, enquanto artigos secretos impunham a Portugal o pagamento à França de uma indemnização.⁴⁷

⁴² A Inglaterra procurava negociar com a França um acordo de paz e não se preparara para intervir no conflito. In GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.72.

⁴³ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.71-73; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.77.

⁴⁴ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.76; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.471.

⁴⁵ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.77.

⁴⁶ *Idem, Ibidem.* p.77.

⁴⁷ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.471; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.78-79.

O Tratado de Badajoz entre Portugal e Espanha foi ratificado a 5 de Julho.⁴⁸ Entretanto, o Primeiro Cônsul coloca entraves ao Tratado, mas é aconselhado por Tayllerand a temporizar.⁴⁹ Então, retomam-se novamente as negociações entre Portugal e França, sob mediação de D. Manuel Godoy. O Tratado foi, assim assinado a 29 de Setembro e ratificado a 8 de Outubro. Através deste tratado, concluído por mediação espanhola, restabeleceram-se as relações entre os dois países.⁵⁰

As condições do Tratado de Badajoz eram relativamente moderadas, pois era desejo da França que Portugal fosse seu aliado e ficasse na sua dependência, abandonando a aliança inglesa. D. João aceitou as condições deste tratado com muita relutância, pois sabia que uma eventual ruptura com a Inglaterra significaria a secessão do Brasil. Deste modo decidiu optar pelo seu cumprimento apenas na aparência.⁵¹

A assinatura do Tratado de Amiens, em Março de 1802, tranquilizou o governo de Lisboa, após o qual se procedeu a uma troca de representantes oficiais entre os dois países. A escolha como embaixador francês em Portugal recaiu sobre o general Lannes, que após ter aceitado esta missão, recebeu instruções para obrigar Portugal a respeitar o acordo de Madrid e empreender negociações destinadas a conseguir a assinatura dum tratado de comércio e de neutralidade.⁵²

Quando Lannes chega a Lisboa a 25 de Março de 1802, apercebeu-se que o ascendente inglês sobre Portugal era completo. Alguns ministros eram anglófilos e existiam quatro corpos de emigrados franceses, a soldo de Inglaterra, que se estabeleceram em torno da capital. O marquês de Vioménil, um emigrado francês, tinha a incumbência de reorganizar o exército português, onde vários generais ingleses tinham

⁴⁸ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.82.

⁴⁹ *Idem, Ibidem.* p.82.

⁵⁰ O tratado continha as seguintes cláusulas: o encerramento dos portos e baías de Portugal, tanto na Europa como no Ultramar, a todos os vasos de guerra e de comércio ingleses até à paz entre França e Inglaterra, portos e enseadas essas que ficariam abertos aos vasos de guerra e de comércio da República Francesa; o compromisso de Portugal em não fornecer qualquer ajuda, sob nenhuma forma, aos inimigos de França; a fixação de novos limites entre as Guianas francesa e portuguesa; enquanto se esperava a assinatura dum tratado de comércio e navegação entre os dois países, o restabelecimento de agências e comissariados de comércio, a atribuição aos Franceses e Portugueses dos direitos dos países mais favorecidos, a admissão recíproca dos géneros e mercadorias livres de quaisquer direitos que não atingissem igualmente os produtos análogos importados por outros países, a aceitação imediata dos tecidos franceses na base das manufacturas mais favorecidas; um artigo adicional previa que Portugal pagasse uma indemnização de vinte milhões de libras tornesas, entregue em diversos prazos de vencimento, dos quais o mais longínquo não excederia doze meses. In *Idem, Ibidem.* p.84-85.

⁵¹ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.471.

⁵² GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.90; 95; 96.

postos de comando; até mesmo a Polícia de Lisboa era comandada por outro refugiado gaulês, o conde de Novion.⁵³

Após uma intervenção de Lannes, os regimentos de emigrados franceses são retirados e Vioménil é afastado. Após um incidente durante o mês de Maio, em que membros da delegação francesa são agredidos, o Intendente-Geral da Polícia, Pina Manique, só reage depois dos protestos do embaixador francês. Este episódio atraiu o ódio de Lannes sobre Pina Manique, tendo o primeiro pedido a sua demissão. Como o príncipe D. João não acedesse a esta solicitação e apesar de todas as tentativas de Lannes para conseguir o seu afastamento, o representante francês abandonou Lisboa a 9 de Agosto de 1802.⁵⁴

Entretanto, o representante português em Paris envia a Bonaparte, um texto em que enumera todas as causas do descontentamento das autoridades lusas em relação à conduta Lannes, tendo o próprio Príncipe Regente enviado uma missiva ao Primeiro Cônsul acerca do assunto.⁵⁵ No entanto, após várias negociações, o general Lannes é novamente reconduzido no seu posto e D. João temendo a fúria de Napoleão retira a Pina Manique a direcção da Alfândega. Apesar da conduta do embaixador francês continuar a ser inconveniente, tenta negociar com as autoridades portuguesas a neutralidade do país, tendo-se chegado a um acordo: a Convenção de Neutralidade e Subsídio. A 1 de Agosto de 1804, o general Lannes deixava Portugal, terminando assim esta missão diplomática.⁵⁶

Após isto, Napoleão já Imperador dos Franceses, confia a embaixada de Lisboa ao general Junot, que tem a missão de convencer o Príncipe Regente a entrar em guerra com a Inglaterra, na sequência de um artigo existente no tratado de 29 de Setembro de 1801. Além disto, vem mandatado para concluir um tratado de aliança entre o Imperador e o rei de Espanha e ao mesmo tempo exigir o pagamento integral do subsídio de neutralidade.⁵⁷ No caminho para Lisboa Junot ao passar por Madrid deveria instigar o rei e o Príncipe da Paz a prepararem as forças navais espanholas, pois caso o

⁵³ *Idem, Ibidem.* p.96.

⁵⁴ *Idem, Ibidem.* p.98; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.472; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.97.

⁵⁵ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.100-102.

⁵⁶ *Idem, Ibidem.* p.102-110; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.97; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.472.

⁵⁷ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.115; 119.

Príncipe Regente não satisfizesse as exigências de Napoleão, seria declarada guerra a Portugal pelos dois países.⁵⁸

Junot chega a Lisboa em na Páscoa de 1805 e desde começa a tratar com as autoridades portuguesas dos assuntos de que vinha incumbido. Não chega contudo a acordo no que diz respeito à neutralidade de Portugal, pois D. João recusava-se a abandonar esse estatuto. Enquanto isso, os navios ingleses continuavam livremente a frequentar os portos portugueses, até que Junot percebe que Portugal nunca cederia aos desejos de Napoleão, dado o peso do comércio com a Grã-Bretanha e dos interesses que lhe estavam associados.⁵⁹

Ante rumores sobre uma possível invasão de Portugal, devido a uma concentração de tropas franco-espanholas junto à fronteira, o governo inglês enviou a Lisboa uma missão diplomática, comandada por Lord Rosslyn. O governo britânico assegurava a defesa do território português em caso de invasão e exortava D. João a refugiar-se no Brasil. Caso esta proposta fosse rejeitada e o príncipe cedesse às exigências francesas, os ingleses ocupariam o Brasil.⁶⁰ Também neste caso as autoridades de Lisboa escudaram-se na sua posição oficial que era o de manter o estatuto de neutralidade.⁶¹

Entretanto, com as vitórias obtidas por Napoleão no Continente, este poderia retomar o projecto de isolar a Grã-Bretanha, com maior probabilidade de sucesso.⁶²

Pelo decreto de Berlim, de 21 de Novembro de 1806, o Imperador declarava em as ilhas britânicas em estado de bloqueio. Assim, nenhum navio que fosse proveniente da Inglaterra ou dos seus domínios seria admitido nos territórios ocupados pela França ou seus aliados, os súbditos ingleses seriam feitos prisioneiros de guerra e os seus bens confiscados.⁶³

O Bloqueio Continental era concebido a partir das novas condições da produção industrial. Napoleão considerava que a indústria inglesa só poderia manter-se se tivesse assegurado o fornecimento de matérias-primas e um mercado consumidor para os seus produtos. Caso contrário, as fábricas seriam obrigadas a suspender o trabalho, a despedir os seus operários, e em consequência disso, criar-se-ia uma situação social

⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p.119-120.

⁵⁹ *Id. Ibid*, p, 121-135; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.122.

⁶⁰ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.123-124.

⁶¹ *Idem, Ibidem*,p.124.

⁶² *Idem, Ibidem*,p.125.

⁶³ *Idem, Ibidem*,p.125.

grave, que obrigaria o governo britânico a pedir negociações de paz, a fim de conseguir a reabertura dos mercados. Isto significaria a rendição da Inglaterra.⁶⁴

O decreto de Berlim foi conhecido em Lisboa em finais de Dezembro, criando inquietação, mas ainda decorreriam alguns meses até que Portugal fosse coagido a aderir ao bloqueio.⁶⁵

Os tratados de Tilsitt, e a situação político-militar que lhes deu lugar, representaram para Portugal um agravamento da sua posição, revelando a sua vulnerabilidade, pois consagravam a hegemonia da França no continente. Ante esta situação o governo francês apresentou uma nova intimação à corte portuguesa, exigindo o encerramento dos seus portos aos navios britânicos, bem como a detenção dos súbditos ingleses, o confisco dos seus bens e a declaração de guerra à Grã-Bretanha, caso contrário, o país seria invadido.⁶⁶

O executivo português não ignorava que a adesão de Portugal ao Bloqueio Continental era fundamental para o seu sucesso, no entanto, recusava-se a aceitar as exigências francesas. Para a estratégia napoleónica era inevitável a ocupação de Portugal, pois era impossível conceber que Napoleão decretasse um bloqueio desta natureza e deixasse intacto o poderoso aparelho comercial que a Grã-Bretanha dispunha em Portugal, perfeitamente em condições de organizar um contra-bloqueio.⁶⁷

Por édito de 20 de Outubro de 1807, o Príncipe Regente proclamou a adesão à causa do continente ao lado da França e da Espanha, ordenando que os portos fossem encerrados a qualquer navio inglês, quer fosse de guerra ou mercante. Esperou-se quinze dias para decretar a prisão dos ingleses e o confisco dos seus bens, dando-lhes tempo de partir para Inglaterra e transportar para aí uma grande parte dos seus bens. Tal demora tinha sido necessária também para que se concluísse em Londres um importante acordo secreto anglo-português. Por esta “Convenção Secreta,” datada de 22 de Outubro de 1807, estipulava-se a transferência da monarquia portuguesa para o Brasil, com o apoio da Inglaterra, a ocupação temporária da ilha da Madeira por tropas inglesas. A convenção seria ratificada por D. João a 1 de Novembro de 1807.⁶⁸

⁶⁴ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.378-379.

⁶⁵ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.126.

⁶⁶ *Idem, Ibidem.* p.126-127.

⁶⁷ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.391-392.

⁶⁸ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.155-156; FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.155.

Apesar do referido, a 27 de Outubro de 1807, negociações franco-espanholas terminam no tratado secreto de Fontainebleau, que regula a sorte de Portugal, partindo o país em 3. O Entre Douro e Minho mais a cidade do Porto formariam o reino da Lusitânia Setentrional, que seria dado com soberania total ao rei da Etrúria, neto do rei de Espanha; o Alentejo e o Algarve formariam um principado soberano em proveito do Príncipe da Paz, que tomaria o título de Príncipe dos Algarves; o resto, formado pelas províncias da Beira, de Trás-os-Montes e da Estremadura, ficaria na posse da França, até à paz geral, decidindo-se depois o que fazer.⁶⁹

A 5 de Novembro de 1807 foi publicada a ordem de confisco de bens e prisão dos súbditos britânicos. Quatro dias depois, o embaixador inglês retirava-se. No dia 16 de Novembro, chegava ao Tejo uma esquadra inglesa comandada por Sir Sidney Smith, preparada para escoltar a família real na sua viagem para o Brasil ou para tomar de assalto a frota portuguesa e atacar Lisboa. A 19 de Novembro, as tropas francesas entravam em Portugal, iniciando-se assim aquela que é tradicionalmente conhecida como a Primeira Invasão Francesa. A 24, estavam em Abrantes, dia em que após uma reunião do Conselho de Estado, foi tornada pública a resolução oficial da retirada de toda a Família Real para o Brasil. Ao mesmo tempo nomeava-se um Conselho de Regência ou Junta de Governadores,⁷⁰ incumbida da regência ou governo do reino durante a ausência do Príncipe Regente.⁷¹

A 29 de Novembro, a armada zarpu do Tejo e nesse mesmo dia chegava a Lisboa a guarda-avançada do exército francês, que tinha feito marchas forçadas para impedir a partida da Família Real. No dia seguinte, 30 de Novembro, Junot entrava na capital.⁷²

Seis dias após ter desembarcado na Baía, onde chegou a 22 de Janeiro de 1808, o Príncipe Regente assinou uma carta régia pela qual abria os portos brasileiros a todas as nações amigas, prioritariamente a Inglaterra. Admitia-se a entrada nas alfândegas brasileiras de todos os géneros, fazendas e mercadorias transportadas em navios estrangeiros das potências que não estivessem em guerra com a Coroa Portuguesa e

⁶⁹ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.158; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.138-139.

⁷⁰ Antes de partir, o príncipe D. João deixou ao país uma proclamação, exortando os súbditos a não resistirem ao invasor, ao mesmo tempo que nomeava uma Junta de Governadores: presidida pelo marquês de Abrantes, e composta por Francisco da Cunha de Meneses, comandante geral do exército; do regedor de Justiça Castro; de Pedro de Melo Breiner, presidente do Real Erário; e de D. Francisco de Noronha, presidente da Mesa de Consciência e Ordens. In LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.475; ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – *ob. cit.* p.26.

⁷¹ FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.155; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.139-140; 142.

⁷² FARIA, Ana Leal – *ob. cit.* p.155; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.475.

permitia-se a exportação de todos os géneros e produções coloniais. Em seguida, D. João declara guerra à França (1 de Maio de 1808), considerando nulas as leis ou decisões emanadas da autoridade de ocupação napoleónica. O Príncipe Regente deu também ordens para que se ocupasse a Guiana Francesa, tendo-se Caiena rendido a 12 de Janeiro de 1809.⁷³

Uma vez na capital portuguesa, o general Junot começa a governar Portugal com o apoio dos membros da Regência. Junot, contudo, tinha a intenção de estabelecer um governo provisório, algo que já tinha transmitido a Napoleão e no qual incluiria membros portugueses e franceses. Este seria presidido por Junot, o qual pensava fazer da parte do país que ocupava, uma espécie de protectorado francês.⁷⁴ As autoridades portuguesas foram colaborando com o invasor, como por exemplo do Alto Clero, de forma a manter tranquila a população, que se encontrava em desacordo com esta atitude.⁷⁵

Cumprindo ordens de Napoleão, Junot procede ao desmantelamento do exército português, dispensando os homens mais notáveis e que poderiam causar problemas, dando-lhes ordem de se apresentarem em Paris, criando assim a Legião Portuguesa. Surgem então os primeiros focos de contestação ao ocupante, quando se manda içar a bandeira francesa nos edifícios públicos e se retira a portuguesa.⁷⁶

A 1 de Fevereiro de 1808, Junot, então governador de Portugal, suprimiu o Conselho da Regência que foi substituído por um conselho de governo, o qual administraria o país em nome do Imperador.⁷⁷

Entretanto, Junot, cumprindo uma exigência de Napoleão, escolhe uma deputação de 14 personalidades de entre as mais notáveis de Portugal, para se apresentarem em Baiona, com a função de irem cumprimentar o Imperador. Este grupo de individualidades, tinha o objectivo de pedir para Portugal um rei da “confiança” de Napoleão, de forma a acabar com a sua ocupação. Junot esteve na esperança de cingir a

⁷³ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.485-486; MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.395; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.163.

⁷⁴ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.180-181; 183.

⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p.184-185.

⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p.186-187; 189-190.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p.194.

coroa portuguesa. Napoleão, contudo, não tinha a intenção de designar outro rei. Deste modo, a deputação ficou retida, pois não teve autorização para regressar.⁷⁸

A partir de Junho de 1808, a agitação aumenta, com o movimento a radicalizar-se no Norte, nomeadamente na cidade do Porto, de onde alastrou para o resto do país.⁷⁹

As forças inglesas comandadas pelo general Wellesley desembarcam em Lavos, perto da Figueira da Foz, a 1 de Agosto, seguindo em direcção a Lisboa, com o objectivo de a tomar. Junot, isolado num país em total subversão e sem esperanças de qualquer auxílio, decide retardar o avanço dos ingleses. Após várias batalhas e recontros é assinado a 30 de Agosto de 1808, a Convenção de Sintra, a qual estipulava a evacuação das tropas francesas de Portugal em condições muito favoráveis. As forças gaulesas podiam levar as suas armas e bagagens, não eram considerados prisioneiros de guerra e seriam transportados para França em navios ingleses.⁸⁰ Posteriormente, esta convenção foi alvo de muitas críticas, tanto do lado inglês, como do português: o governo inglês não ficou agradado com as cláusulas tão vantajosas para o exército francês e os portugueses não gostaram, por não terem tomado parte nos debates.⁸¹

Napoleão, no entanto, não desistiu de ocupar Portugal, a fim de tornar eficaz o Bloqueio Continental. Assim, confiou o comando do 2º corpo do Grande Exército ao marechal Soult, duque da Dalmácia, a missão de comandar uma nova expedição contra Portugal.⁸²

As forças francesas tentaram em Portugal por Valença, mas como não conseguiram, modificaram o itinerário, dirigiram-se para Leste e entraram por Chaves. Tinha assim início, a denominada Segunda Invasão Francesa. Chaves é tomada pelas forças francesas, a 12 de Março de 1809, em seguida, estas dirigem-se a Braga, sofrendo pelo caminho ataques por parte da população revoltada. Entram nesta cidade a 20 de Março, após a população ter assassinado o general Bernardim Freire de Andrade, por este ter decidido retirar-se para o Porto, a fim de assegurar a defesa desta cidade.⁸³

Em seguida, Soult deixa Braga e encaminha-se para o burgo portuense, onde entra a 29 de Março de 1809, apesar deste estar bem defendido e após encarniçados combates

⁷⁸ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.476; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.199-200; MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.396-397.

⁷⁹ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.208-210.

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.216-220.

⁸¹ *Idem, Ibidem*, p.221.

⁸² GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.235; 236; 239.

⁸³ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.479; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.241-243.

com os soldados regulares e as milícias populares. Soult decide instalar o seu quartel-general no Porto, devido à impossibilidade de avançar para Lisboa, que estava na posse dos Ingleses. Por outro lado, também não tinha garantida uma via de fuga para Espanha e a sua retaguarda não estava protegida (as forças portuguesas tinham reconquistado Chaves e ameaçavam Amarante).⁸⁴

A 12 de Maio, as tropas luso-inglesas, comandadas por Sir Arthur Wellesley conseguem atravessar o rio Douro, entrar no Porto, onde os generais Delaborde e Foy conseguem conter os Ingleses, o tempo necessário para garantir a retirada do exército francês, que daqui se dirige para Espanha.⁸⁵

Entretanto, o governo português no Rio de Janeiro celebrava com a Grã-Bretanha um outro Tratado de Comércio e Navegação, datado de 19 de Fevereiro de 1810.⁸⁶

Em Julho de 1810, iniciava-se a Terceira Invasão, comandada pelo marechal Massena, à frente de um numeroso exército, a fim de mais uma vez tentar levar a cabo a conquista de Portugal.⁸⁷

Depois de terem tomado Ciudad Rodrigo, a praça-forte de Almeida capitula a 28 de Agosto e a 15 de Setembro de 1810, iniciam a sua marcha em direcção a Lisboa. Durante o avanço vão ocorrer vários confrontos com as tropas luso-inglesas, nomeadamente a Batalha do Buçaco, até que ao chegar a Alenquer, a 12 de Outubro, os Franceses deparam-se, então, com o formidável bastião de escarpas rochosas, coroadas por uma linha tripla de fortificações que barrava o acesso a Lisboa.⁸⁸

Massena compreendeu então que era inútil tentar forçar aquela cintura, renunciando também tomar o Porto, optando antes por reagrupar o seu exército, até então bastante disseminado. Após várias manobras e combates e na impossibilidade de entrar na capital portuguesa, o exército francês acaba por atravessar a fronteira portuguesa em direcção a Espanha, a 8 de Abril de 1811.⁸⁹ O Imperador os Franceses não mais voltou a enviar um exército tão numeroso para a conquista de Portugal.

Finalmente, humilhado e derrotado, Napoleão teve de abdicar em 1814, regressando os Bourbons ao trono de França. Apesar de uma breve tentativa de voltar ao poder (o

⁸⁴ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.479; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.244-246.

⁸⁵ *Idem, Ibidem.* p.250-253.

⁸⁶ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.412-413; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.179.

⁸⁷ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.480; GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.255.

⁸⁸ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.264-265; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.480.

⁸⁹ GOTTERI, Nicole – *ob. cit.* p.266-270.

Império dos Cem Dias), Napoleão foi derrotado em 1815, na Batalha de Waterloo e exilado para a ilha de Santa Helena, onde veio a falecer.⁹⁰

As potências vencedoras convocam para Viena um congresso a fim de discutir o equilíbrio europeu. Este abriu a 1 de Outubro de 1814 e o acto final foi assinado a 9 de Junho de 1815. Nesta reunião, que veio a constituir um acontecimento de grande projecção no futuro das Relações Internacionais, foram tratados vários temas, como por exemplo: questões de navegação, escravatura, protocolo, etc.⁹¹

O gabinete do Príncipe Regente escolheu Joaquim Lobo da Silveira, o conde de Palmela, que exercia as funções de ministro na Suécia, e António Saldanha da Gama, para representarem Portugal nos trabalhos do Congresso. Os representantes portugueses decidiram divergir das instruções que lhes haviam sido transmitidas no que diz respeito ao tráfico de escravos, fazendo algumas concessões neste campo, de modo a obterem outras vantagens.⁹²

Apresentaram então algumas propostas para negociação bilateral com a Grã-Bretanha, chegando a um acordo com esta potência, que se concretizou em dois convénios assinados em 21 e 22 de Janeiro de 1815. No essencial, Portugal comprometia-se a proibir e punir os seus súbditos se realizassem tráfico de escravos a norte do Equador, ficando, ao sul, esse trato limitado aos domínios da Coroa portuguesa ou àqueles sobre os quais ela reservava os seus direitos, como Cabinda e Molembo. Além disto, os representantes portugueses fizeram outros acordos com a França e o Reino Unido, entre os quais destacamos o que devolvia a Guiana Francesa.⁹³ Quanto à questão de Olivença, não foi possível aos negociadores portugueses vencerem a resistência da Espanha, pelo que tiveram de contentar-se com uma declaração de princípio incluída no acto geral, em que as potências se comprometiam a empregar os seus esforços para, por meio da conciliação, alcançar a devolução do território a Portugal.⁹⁴

O sistema político saído do Congresso de Viena e que se quis impor à Europa continental, durante várias décadas, assentava em 3 grandes pilares: a ordem social, a tradição e a legitimidade. Este sistema era defendido sobretudo pelas potências da Santa

⁹⁰ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.418; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.224.

⁹¹ MACEDO, Jorge Borges de – *ob. cit.* p.418-421.

⁹² PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.230-231.

⁹³ *Idem, Ibidem.* p.230-231.

⁹⁴ *Idem, Ibidem.* p.232.

Aliança (Áustria, Rússia e Prússia). Por outro lado, a Quádrupla Aliança, formada por estas potências e pela Inglaterra, estava interessada numa Europa estável e pacífica, que lhe deixasse acção livre nos outros continentes. Este sistema político, dito de Metternich, apesar de preferir regimes absolutistas tradicionais, tolerava e até mesmo apoiava, se necessário, regimes constitucionais moderados, cuja base fossem constituições outorgadas por monarcas legítimos e rejeitando soberanias populares. Neste sentido, a França, convertida em monarquia liberal de tendência moderada, viria a ser aceite pelas quatro potências em Outubro de 1818, passando a ser, de facto, o quinto elemento da aliança.⁹⁵

No que diz respeito à corte portuguesa, o Príncipe Regente não tinha intenções de regressar à Europa e transferir novamente a sede da monarquia para Lisboa. Comprova-se a elevação do Brasil a Reino Unido pela carta de lei de 16 de Dezembro de 1815 e a consequente criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.⁹⁶

O estabelecimento do Reino Unido foi comunicado a todas as cortes da Europa, recebendo D. João congratulações através dos seus representantes nas principais capitais europeias. As comunicações que participavam a elevação do Brasil a reino, enviou-as D. João como príncipe e recebeu as respostas como rei. De facto, apenas três meses depois dessa criação, no dia 20 de Março de 1816, falecia a rainha D. Maria I. Depois de décadas no exercício do poder, primeiro, discretamente, em nome da mãe e depois como regente, subia ao trono como D. João VI.⁹⁷

1.3 – Portugal e a Instauração do Liberalismo

No rescaldo das Invasões Francesas, Portugal encontrava-se numa situação muito difícil, pois vivia uma profunda crise económica e política. A guerra afectou significativamente a sua economia, o seu comércio externo e a sua indústria, ao mesmo tempo que a sua balança comercial exibia saldos bastante negativos, o preço dos produtos aumentava e as finanças do Estado apresentavam défices crónicos. A burguesia via-se duramente afectada pela crise económica, tanto mais que a abertura dos portos brasileiros e o Tratado de 1810, que significou o fim do exclusivo comercial, foram altamente penalizadores para os sectores mercantis portugueses. Além do mais,

⁹⁵ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de (dir.) – **Nova História de Portugal. Vol. IX. Portugal e a Instauração do Liberalismo.** Lisboa: Editorial Presença, 2002. p.282-283.

⁹⁶ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.237-238.

⁹⁷ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.242.

existiam desentendimentos entre a Regência e William Beresford, devido à estratégia de guerra adotada (que significou uma política de terra queimada, decidida pelo comando inglês), mas também devido à manutenção de um extenso exército em período de paz, que representava um enorme custo para o erário público, mas também uma forte pressão de recrutamento. Por outro lado, Portugal, remetido à condição prática de colônia e com insuficiente autonomia, ressentia-se da morosidade das comunicações, das discriminações a que era sujeito e do desconhecimento da situação real, por parte dos governantes no Rio, mas também da constante drenagem de dinheiro para o Brasil na forma de contribuições e de rendas para a família real e para a nobreza. Existia em Portugal também um enorme sentimento antibritânico, devido ao ascendente que a Inglaterra tinha sobre Portugal, visível na figura de Beresford. Mas também existia um grande descontentamento para com a Regência, acusada de incompetência e de tomar medidas insuficientes e inoportunas, apesar das tímidas tentativas de reforma que tentou implementar, mas fracassaram.⁹⁸

Esta situação leva ao aparecimento dos primeiros sinais de descontentamento, derivado da crise econômica, dos problemas financeiros, que impediam o governo de fazer face mesmo às despesas correntes e da depreciação do papel-moeda. Ao mesmo tempo, a subordinação política e militar à Inglaterra atingia os interesses de importantes corpos sociais. A par dos homens de negócio, lesados pelo fim do sistema colonial e pelas facilidades concedidas aos seus competidores britânicos, os magistrados e militares sentiam-se altamente prejudicados nas suas carreiras pelo afastamento em relação ao centro político. Os primeiros, suportavam mal a criação de tribunais superiores no Brasil, e, os últimos, a permanência dos oficiais ingleses nos quadros das tropas nacionais, aumentando assim o sentimento antibritânico.⁹⁹ A questão da relação entre Portugal e o Brasil e a permanência do rei e da corte no Rio de Janeiro assumiam uma importância decisiva e depois de 1815-1816, começa-se a contestar a vantagem de se manter a união, admitindo-se mesmo o fim do império luso-brasileiro.¹⁰⁰

Com o aumento do descontentamento, surge uma conspiração no ano de 1817. Nesse ano foi descoberta uma conjura para derrubar o governo, reorganizar a administração e o comércio, expulsar os oficiais ingleses, afastar o marechal Beresford,

⁹⁸ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de (dir.) – *ob. cit.* p.545-548; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.260-261.

⁹⁹ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.261-262.

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem.* p.262.

reformular o exército e o regime de recrutamento recentemente proposto que o rei aprovara. Por trás da conspiração estava uma sociedade secreta, que tomara a designação de “Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves” e era constituída essencialmente por militares e alguns letrados. O seu principal objectivo era o de afastar Beresford. Esta conjura teve a anuência do general Gomes Freire de Andrade, grão-mestre da Maçonaria, tendo este um papel limitado, pois a sua participação servia sobretudo para evitar que o pronunciamento degenerasse em revolta popular. A conspiração chegou porém ao conhecimento de Beresford, o qual informou a Junta de Governadores, os suspeitos foram detidos e após um breve julgamento foram condenados à morte doze dos réus, considerados os cabecilhas da conjura.¹⁰¹

Contudo, as razões do descontentamento não desapareceram e as disposições tomadas para o efeito não tiveram êxito, pois as medidas de fundo não foram adoptadas.¹⁰²

O triunfo da revolução em Espanha, em 1820, reforçou o sentimento de que em Portugal se preparavam idênticas alterações. O descontentamento alastrava, a insatisfação generalizava-se a todas as classes sociais, desde os militares até aos proprietários, surgindo desejos de mudança.¹⁰³ No ano de 1818 foi constituída, no Porto, uma sociedade secreta, o Sinédrio, composta por um grupo de magistrados e advogados, que após a vitória liberal em Espanha, decidem passar à acção, procurando obter o apoio dos comandos militares do Norte, ao mesmo tempo que estabelecia contactos com agentes espanhóis, no sentido de se adoptar provisoriamente a Constituição de Cádiz e serem convocadas Cortes.¹⁰⁴

A ausência de Beresford, que fora ao Brasil pedir o reforço dos seus poderes militares e políticos, acabou por ser um dos factores que precipitou o pronunciamento militar de 24 de Agosto de 1820. Neste pronunciamento não estava em causa a figura do rei, pois os revolucionários esperavam obter a adesão de D. João VI ao movimento constitucional, o que facilitaria o reconhecimento internacional do novo regime. Deste modo evitava-se uma intervenção militar da Grã-Bretanha ou da Santa Aliança para repor a ordem tradicional.¹⁰⁵

¹⁰¹ *Idem, Ibidem.* p.264-265.

¹⁰² *Idem, Ibidem.* p.266-267.

¹⁰³ *Idem, Ibidem.* p.268.

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem.* p.269.

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem.* p.270.

Ao saber desta sublevação, a Regência tentou reagir, enviando uma força militar para tentar dominar os revoltosos, ao mesmo tempo que se iniciavam medidas com o intuito de resolver alguns dos problemas com que se debatiam as populações. Decide-se convocar cortes no formato tradicional, sendo a reunião marcada para o dia 15 de Novembro. Na impossibilidade de deter o movimento, a Regência envia um emissário ao burgo portuense, no sentido de encontrar uma forma de conciliação com a Junta do Porto, entretanto criada. Esta recusa e decide prosseguir a marcha em direcção a Lisboa. Entretanto, a 15 de Setembro de 1820, dá-se um outra rebelião militar, na capital, por ocasião da comemoração da derrota dos franceses em 1808. Nesse mesmo dia, constitui-se um governo interino. Em 27 de Setembro, em Alcobaça, onde as forças da Junta do Porto se encontravam, no seu caminho em direcção a Lisboa, estabeleceu-se um acordo sobre a unificação das duas Juntas, através da criação da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino e da Junta Preparatória das Cortes. Finalmente, a 1 de Outubro entravam os membros das duas Juntas, na capital.¹⁰⁶

Cinco dias depois, a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino enviou uma mensagem a D. João VI, em que justificava o movimento pela necessidade de prevenir uma iminente desordem geral e popular e reafirmava o respeito pela religião e pelo trono. A carta solicitava ao rei apenas duas coisas: que atendesse aos clamores do povo, os quais pediam a sua presença ou de outro membro da família real para governar em seu nome; e aprovasse a convocação de cortes, impossíveis de adiar.¹⁰⁷

O rei tomou conhecimento do pronunciamento através de uma comunicação dos governadores do reino, chegada ao Rio de Janeiro a 17 de Outubro de 1820. Após uma breve hesitação, o monarca decidiu, após consultar os pareceres que lhe foram apresentados, a autorizar a convocação de cortes, mas quando foi recebida em Lisboa, a 16 de Dezembro, a carta régia enviada a 29 de Outubro não fazia já qualquer sentido, pois os seus destinatários, os governadores do reino, há muito tinham sido destituídos e as Cortes estavam em vias de ser convocadas segundo as instruções eleitorais da Constituição espanhola de 1812. Era uma consequência inevitável dos intervalos na

¹⁰⁶ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.270-271; LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.494.

¹⁰⁷ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.271.

comunicação entre o Brasil e Portugal.¹⁰⁸ Entretanto, a 26 de Janeiro de 1821, tinha lugar a abertura das Cortes, que nomearia em seguida um governo provisório.¹⁰⁹

O governo do Rio de Janeiro encontrava-se incapaz de encontrar uma resposta que lhe permitisse influenciar de algum modo o desenrolar dos acontecimentos em Portugal.¹¹⁰ Porém, D. João VI decide partir para Portugal com o objectivo de estar onde estivessem as Cortes, de modo a que lhe fossem imediatamente apresentadas as leis e pudesse conferir-lhes a indispensável sanção.¹¹¹

D. João VI chegou a Lisboa no dia 3 de Julho de 1821, e recebeu no dia seguinte, a bordo da nau onde viajou, uma deputação nomeada pelas Cortes para cumprimentar o rei e a família real. Depois, dirigiu-se ao Palácio das Necessidades onde fez o juramento das bases da Constituição.¹¹² O regresso do rei oferecia uma grande motivação para uma congregação das diversas forças no reino. O objectivo de fazer regressar D. João VI fora um dos motivos para os apoios recebidos para a revolução de Agosto de 1820 e o para o governo formado em Setembro desse mesmo ano. Havia um sentimento, largamente disseminado, de uma decapitação do reino e de uma degradação material que lhe estava ligada, pelo facto de ter deixado de ser o centro da monarquia da Casa de Bragança.¹¹³ O regresso de D. João a Portugal não se explicava pela pressão da revolução do Porto, mas pelos inesperados acontecimentos ocorridos no Brasil, os quais mostraram a impossibilidade de manter aquele reino à margem dos desenvolvimentos revolucionários portugueses.¹¹⁴

A Constituição de 1822¹¹⁵ traduzia-se uma arquitectura em que predominava o poder legislativo, ficando o rei com poderes muito reduzidos.¹¹⁶

A vigência da Constituição seria pois escassa.¹¹⁷ Os trabalhos das Cortes Constituintes terminaram a 23 de Setembro e a Constituição foi jurada pelo rei no dia 1

¹⁰⁸ *Idem, Ibidem.* p.271-272.

¹⁰⁹ *Idem, Ibidem.* p.272.

¹¹⁰ *Idem, Ibidem.* p.272.

¹¹¹ *Idem, Ibidem.* p.279-280.

¹¹² *Idem, Ibidem.* p.284; 285.

¹¹³ *Idem, Ibidem.* p.285-286.

¹¹⁴ *Idem, Ibidem.* p.288

¹¹⁵ A Constituição de 1822 foi mais ou menos decalcada da Constituição de Cádiz imposta a Fernando VII, inspirando-se nos princípios mais audaciosos do liberalismo político, pois proclamava a supremacia do poder legislativo sobre o poder executivo, sendo o poder legislativo assumido por uma única assembleia, as Cortes, eleita por sufrágio universal directo, não podendo ser dissolvida, impondo-se limites estritos à autoridade real. In PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.289-290.

¹¹⁶ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.495; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.289-290.

¹¹⁷ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.292.

de Outubro no paço das Cortes e publicada em carta de lei de 4 e 5 de Outubro.¹¹⁸ A Constituição tinha entretanto uma oposição visível e pública na pessoa da rainha, D. Carlota Joaquina, que se recusou ao juramento, o que levou as autoridades constitucionais a retirarem todos os seus direitos, exigindo-lhe que abandonasse o reino.¹¹⁹

Quando o texto constitucional estava pronto para ser submetido ao rei e à família real, para juramento, dá-se a proclamação da independência do Brasil. Quando D. João VI deixou a América do Sul, entregou ao príncipe D. Pedro o governo do reino brasileiro, ficando este como regente e lugar-tenente.¹²⁰ Logo após o início das Cortes, os deputados quiseram aclarar a relação com o Brasil, e assim, através de um decreto, reconhecem as Juntas provinciais e são criados governos militares, retirando poderes ao governo do Rio de Janeiro. Sendo assim, D. Pedro deveria regressar à Europa, pois reconhecidas as Juntas, directamente ligadas ao governo e às Cortes de Lisboa, ficava comprometida a sua regência no Brasil. As medidas desta Assembleia foram mal recebidas no Brasil, devido à organização dos governos provinciais e à ordem de regresso de D. Pedro à Europa.¹²¹ Contudo, estas medidas acabaram por ter um efeito contrário, levando à declaração da independência do Brasil.¹²²

O vintismo mostrou-se incapaz de gerir a conjuntura durante o ano de 1822. A dinâmica política e constitucional ao longo desse ano, marcada pelas más relações com o Brasil, a independência da antiga colónia, a aprovação do texto constitucional, a morte de Manuel Fernandes Tomás e a recusa da rainha em jurar a Constituição, foi minando gradualmente a primeira experiência liberal portuguesa e abriu caminho à contra-revolução. A situação europeia e, em particular, a espanhola, fizeram o resto.¹²³

Desde o início de Fevereiro de 1823 circulavam notícias de agitações contra-revolucionárias no norte do país. Em Fevereiro teve início a primeira revolta armada contra o governo liberal, conhecida como a revolta do conde de Amarante. Este primeiro levantamento armado contra a Constituição foi acima de tudo um

¹¹⁸ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – **D. Miguel**. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. p.34-35.

¹¹⁹ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.292.

¹²⁰ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.497-498.

¹²¹ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.293-295.

¹²² LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.500.

¹²³ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.30.

pronunciamento militar, liderado por oficiais do exército e rapidamente derrotado pelas forças fiéis às Cortes.¹²⁴

A revolta militar do conde de Amarante e o início da queda do liberalismo em Espanha com a saída das Cortes de Madrid, em Maio de 1823, provocada pela entrada do exército francês, abriram caminho à acção daqueles que em Portugal consideravam que o governo das Cortes era despótico e que a dignidade real era continuamente ultrajada. Teve assim início a Vila-Francada, pronunciamento militar que pôs fim à vigência da Constituição de 1822 e restituiu ao rei D. João VI a plenitude dos seus poderes, tal como eram antes de 1820.¹²⁵

A reacção inicial de D. João VI foi de condenação, pois a 30 de Maio, assina uma proclamação condenando a insubordinação. Contudo, após um encontro com o filho D. Miguel, em Vila Franca de Xira, o rei retomou o poder sem limites, ao contrário do que lhe era imposto pela Constituição.¹²⁶

A desaprovação por parte dos principais países europeus do projecto de dotar Portugal de uma Carta Constitucional e a Abrilada, sublevação militar liderada por D. Miguel, quando D. João tentava trilhar um caminho mais moderado e também devido à intervenção do corpo diplomático acreditado em Lisboa, o rei acaba por destituir o filho do comando do exército e exilá-lo, indo este instalar-se em Viena.¹²⁷

Continuava, contudo, por resolver a questão do reconhecimento da independência do Brasil. Após várias diligências, Portugal acabou por aceitar a emancipação da sua antiga colónia, tendo sido assinado um tratado, para o efeito, no Rio de Janeiro, a 29 de Agosto de 1825, e ratificado por D. João VI em Lisboa a 15 de Novembro de 1825.¹²⁸

1.4 – Portugal e as Lutas Liberais

D. João VI faleceu no dia 10 de Março de 1826, dando início ao problema da sua sucessão no trono de Portugal. Num primeiro momento, ficou como regente a infanta D. Isabel Maria, até que, de acordo com a vontade de D. João VI, D. Pedro é aceite como o legítimo rei de Portugal, até porque se acreditava que renunciaria à coroa em prol da

¹²⁴ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.36-38.

¹²⁵ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.39; 41; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.302-303.

¹²⁶ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.44; 46; PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.303-304.

¹²⁷ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.304; 307-308; 314; 319-322; LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.59-62; 65-66.

¹²⁸ LABOURDETTE, Jean-François – *ob. cit.* p.502-503.

filha D. Maria da Glória ou do irmão.¹²⁹ O próprio D. Miguel, que se encontrava em Viena, reconheceu D. Pedro como legítimo herdeiro, o mesmo acontecendo com o partido absolutista.¹³⁰

D. Pedro IV, outorgou uma Carta Constitucional a Portugal, porém, sabendo que não poderia acumular as coroas de Portugal e do Brasil, optou pela brasileira, e abdicou da portuguesa a favor de sua filha D. Maria da Glória. Isto, desde que se cumprissem duas condições, a Carta deveria ser jurada por D. Miguel e este casaria com D. Maria da Glória. Se qualquer uma destas condições não fosse cumprida, D. Pedro não abdicaria. Enquanto isso, o governo de Portugal continuava entregue à regência da infanta D. Isabel Maria.¹³¹

Quando foi publicado o decreto que instituía a Carta, já então Portugal estava em insurreição, pois os absolutistas reagiram violentamente aos decretos da outorga da Carta e da abdição a favor de D. Maria da Glória.¹³² Apesar do estado de insurreição e do auxílio de forças inglesas e espanholas, efectuaram-se as eleições e as Cortes abriram em 30 de Outubro. Entretanto, D. Miguel jurou a Carta Constitucional, na presença de Metternich e dos embaixadores de Portugal (na qualidade de procurador de D. Maria) e do Brasil e realizaram-se os esponsais entre ele e a sobrinha, no Palácio Imperial de Viena.¹³³

D. Miguel chega a Portugal em 22 de Fevereiro de 1828 e procede ao juramento da Carta Constitucional, após o que toma posse da regência. Nomeia um novo ministério, do qual fazem parte conhecidos absolutistas e dissolve a Câmara dos Deputados. Começam a surgir então um pouco por toda a parte pedidos para que D. Miguel se torne rei absoluto, como por exemplo, a petição do Senado da Câmara de Lisboa e a representação da nobreza para que se tornasse rei de acordo com as leis fundamentais da monarquia.¹³⁴

¹²⁹ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *ob. cit.* p.326-327; LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.81-83; BONIFÁCIO, Maria de Fátima – **D. Maria II**. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. p.11.

¹³⁰ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.83; BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.11.

¹³¹ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.12.

¹³² BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.12-13; LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.83-85.

¹³³ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.92-93; BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.12-13.

¹³⁴ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.106-107; 110-111; 114-115; BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.14.

De facto, são convocadas Cortes, segundo o modelo tradicional, o que deitava por terra a esperança de compromisso com os partidários da Carta Constitucional¹³⁵ e, finalmente, a 7 de Julho de 1828, D. Miguel I prestou juramento como rei de Portugal.¹³⁶

Estava consumada a “usurpação”, consolidada com o esmagamento do pronunciamento liberal que a 16 de Maio de 1828 eclodira no Norte, tendo o Porto como epicentro, e que terminara em 3 de Julho com a “Belfastada”. Derrotado pelas tropas miguelistas, o exército liberal, foge para a Galiza, indo muitos deles refugiar-se em Inglaterra, onde já se encontrava um considerável número de emigrados portugueses. O único ponto do território nacional que escapara à “usurpação” miguelista fora a ilha Terceira, nos Açores. De facto, a ilha da Madeira, que inicialmente resistira, acabaria por se render em 22 de Agosto.¹³⁷

Entretanto, apesar do governo inglês endurecer a sua posição, exigindo que os emigrados acantonados em Plymouth fossem disseminados por vários locais da Inglaterra e apesar de se ter pensado em os enviar para a ilha Terceira e da oposição do governo inglês, este acaba por retirar alguns entraves à saída dos exilados portugueses para os Açores. Ao mesmo tempo, a 15 de Junho de 1829, D. Pedro nomeava a regência da Terceira, composta pelos marqueses de Palmela e Valença e por António José Guerreiro, mas nenhuma potência a reconheceu.¹³⁸

Na sequência de uma revolução, D. Pedro abdica da coroa do Brasil, o que lhe dá liberdade para vir para a Europa, a fim de defender a causa de sua filha D. Maria II.¹³⁹ Uma vez no Velho Continente, procurou obter o auxílio da Grã-Bretanha e da França, chegando a tornar-se uma bandeira dos liberais exilados, onde se incluíam várias facções, pouco cooperantes entre si: os conservadores, como Palmela, os vintistas e os moderados.¹⁴⁰ Finalmente, ao fim de quatro anos de contactos diplomáticos, financeiros e militares, D. Pedro conseguiu apoios para a “causa” de D. Maria II. Deste modo, conseguiu financiar uma expedição para a ilha Terceira e comprar armas, barcos e

¹³⁵ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.117; 119.

¹³⁶ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.122; 125-126.

¹³⁷ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.15.

¹³⁸ *Idem, Ibidem.* p.18-20.

¹³⁹ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.26; 44; SANTOS, Eugénio dos – **D. Pedro IV. Liberdade, Paixões, Honra.** Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. p.223.

¹⁴⁰ SANTOS, Eugénio dos – *ob. cit.* p.224.

munições e contratar oficiais e mercenários.¹⁴¹ Uma vez na Terceira assume a regência em nome da filha e começa a governar, nomeando o primeiro ministério, onde se tomaram várias decisões, inspiradas por Mouzinho da Silveira.¹⁴²

Após o desembarque das forças liberais em Pampelido, inicia-se a marcha sobre o Porto, sem grande dificuldade, pois o general absolutista tinha evacuado a cidade e tomado posições defensivas. Deste modo, tem início o Cerco do Porto, permanecendo D. Pedro encurralado na cidade, limitando-se a fortificar as linhas de defesa e a repelir os ataques do inimigo.¹⁴³

A guerra desenrola-se em várias fases e em Junho de 1833, chega à barra do Douro uma esquadra comandada por Napier que vinha em auxílio de D. Pedro, trazendo marinheiros e artilharia.¹⁴⁴ No final de Julho deste mesmo ano, teve lugar aquela que foi a última grande ofensiva contra as defesas do Porto, não tendo os absolutistas conseguido os seus intentos, mesmo contando com a presença de D. Miguel.¹⁴⁵ Finalmente, a 18 de Agosto, tem lugar uma ofensiva liberal que consegue libertar a cidade.¹⁴⁶

Por outro lado, a 24 de Julho de 1833, as tropas liberais comandadas pelo duque da Terceira entram em Lisboa. A tomada da capital não só alterou a situação militar como mudou a situação política, tanto interna como externamente, passando agora as potências europeias a acreditar que a vitória liberal era viável.¹⁴⁷

Apesar das forças miguelistas tentarem reconquistar a capital, a verdade é que não o conseguem, para o que terá contribuído, entre outras coisas, a morte de Fernando VII, que põe termo ao apoio espanhol. Finalmente, a Batalha da Asseiceira (16 de Maio de 1834) põe termo, finalmente, à guerra e cinco dias depois, os absolutistas rendem-se em Évora Monte. Entretanto, D. Miguel assinou uma declaração em que se comprometia a nunca mais se intrometer, directa ou indirectamente, nos assuntos portugueses, passando a receber uma pensão anual de 60 contos de réis. Saiu de Portugal com destino a Génova, a 1 de Junho de 1834, mas mal chegou a Itália, apressou-se a renegar a

¹⁴¹ *Idem, Ibidem.* p.225.

¹⁴² *Idem, Ibidem.* p.225.

¹⁴³ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.171; SANTOS, Eugénio dos – *ob. cit.* p.227; BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *ob. cit.* p.28-29.

¹⁴⁴ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.171-172; SANTOS, Eugénio dos – *ob. cit.* p.230.

¹⁴⁵ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.171-172; SANTOS, Eugénio dos – *ob. cit.* p.230.

¹⁴⁶ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.174-175.

¹⁴⁷ LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.173-174.

Convenção de Évora Monte, considerando-a nula e de nenhum efeito, uma vez que foi coagido a assiná-la.¹⁴⁸

¹⁴⁸ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – *ob. cit.* p.94; SANTOS, Eugénio dos – *ob. cit.* p.234; LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *ob. cit.* p.175-176.

2. O COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO, ATRAVÉS DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA COMPANHIA HUNT, NEWMAN & ROOPE, C^o., ENTRE 1800 E 1832

2.1 – Vinho do Porto

O vinho do Porto constituiu, durante mais de um século, o principal meio de pagamento das importações portuguesas e o sector mais dinâmico da economia lusa. Períodos houve em que contribuiu em mais de dois terços para a exportação vinícola nacional, ou, em que os vinhos em geral ultrapassaram os 50% do valor total de produtos vendidos ao estrangeiro.¹⁴⁹ O vinho do Porto torna-se assim o mais importante produto do comércio externo português.¹⁵⁰

Durante o século XIX, o vinho do Porto contribuiu para 30% das exportações nacionais, cujo valor serviu para pagar 19% das importações.¹⁵¹ A evolução do comércio do vinho do Porto e dos vinhos em geral é um excelente revelador da situação económica portuguesa, das suas relações externas, do seu comércio e da sua posição política e diplomática.¹⁵²

O comércio deste produto, como aliás o de toda a produção agrícola, é vulnerável às condicionantes climatéricas. No caso do Porto, se maus anos agrícolas ou causas patológicas provocam quebras bruscas de produção e subidas dos preços, que podem afectar o comércio, uma sucessão de anos de sobreprodução mostra-se, regra geral, bem mais prejudicial para todo o sector. E isto porque, como uma situação destas raramente afecta um único país, outros grandes produtores vinícolas, especialmente os que concorrem directamente nos mercados internacionais com o vinho do Porto (casos de Espanha e da França), inundam os mesmos mercados com vinhos geralmente mais baratos. Com os mercados saturados e os consumos estáveis, torna-se difícil escoar quantidades crescentes de vinho, pelo que a crise alastra a todo o sector vitivinícola. Esta situação é duplamente nefasta pois afecta os volumes de exportação e os preços.¹⁵³

A conjuntura económica internacional é também apontada como outro dos factores que condiciona o movimento do comércio externo de produtos vinícolas. Mas este

¹⁴⁹ MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.27.

¹⁵⁰ *Idem, Ibidem* p.27.

¹⁵¹ *Id. Ibid.* p.27.

¹⁵² *Id. Ibid.* p.28.

¹⁵³ *Id. Ibid.* p.31.

factor não afecta o vinho do Porto, pois não é um produto de consumo corrente.¹⁵⁴ Como tem um preço relativamente elevado e uma procura elástica, que conjugados com factores enológicos lhe conferem o carácter de produto supérfluo e bem de luxo. Isto coloca-o fora dos hábitos de consumo de uma grande parte da população, precisamente aquela que é afectada pelas crises económicas.¹⁵⁵

Daí que o volume e fluxo das exportações de vinho do Porto dependa das quantidades produzidas, da situação dos mercados, bem como de factores de ordem política, económica, financeira ou social. Conflitos militares, crises de cariz político, relações diplomáticas e políticas económico-financeiras, bem como a qualidade do produto e a evolução dos gostos, a actuação dos agentes comerciais, os preços e a competitividade são alguns dos aspectos a considerar quando se analisar o movimento comercial deste artigo.¹⁵⁶

O surto de desenvolvimento do vinho do Porto surgiu após a Guerra da Liga de Augsburgo, pois os ingleses passaram a procurar vinhos de outras zonas, nomeadamente Portugal e Espanha, quando a França fechou os seus portos à Inglaterra.¹⁵⁷ Apesar de o mercado inglês estar habituado aos vinhos franceses, o Porto teve sucesso, devido sobretudo ao contexto político-económico internacional vigente na altura, que se mostrou adverso aos vinhos franceses.¹⁵⁸ Desde finais do século XVII que a França e a Inglaterra se envolveram em sucessivos conflitos militares e rivalidades comerciais, que levaram Londres a impor retaliações económicas a Versalhes (anos de 1667, 1679, 1689 e 1702), o que abriu o mercado inglês aos vinhos portugueses.¹⁵⁹ Tanto os estes como os espanhóis substituíram os franceses, quer por mérito próprio, quer por terem taxas alfandegárias preferenciais.¹⁶⁰ Contudo, de entre esta concorrência saiu vencedor o vinho do Porto, pois adaptou-se ao gosto dos consumidores ingleses, as casas exportadoras trabalharam e desenvolveram este negócio. Por outro lado, as facilidades concedidas pelo Tratado de Methuen contribuíram para a vitória deste sobre os vinhos

¹⁵⁴ *Id. Ibid.* p.31-32.

¹⁵⁵ *Id. Ibid.* p.32.

¹⁵⁶ *Id. Ibid.* p.32.

¹⁵⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – **História de Portugal. Vol.II. Do Renascimento às Revoluções Liberais.** Lisboa: Editorial Presença, 1998. p.296.

¹⁵⁸ MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.64.

¹⁵⁹ *Idem, Ibiem.* p.64.

¹⁶⁰ *Id. Ibid.* p.64.

espanhóis.¹⁶¹ Mas foi sobretudo o interesse britânico em penetrar na economia luso-brasileira para ter acesso ao ouro do Brasil e aos seus produtos coloniais, que levou, em última análise, ao interesse inglês pelo vinho do Porto.¹⁶²

O crescimento e a consolidação do comércio do vinho do Porto fez-se, todavia, graças a um único mercado, o inglês, que absorveu quase todo o vinho exportado neste período. Em finais do século XVIII, o vinho do Porto era o mais consumido na Inglaterra (cerca de 60% deste mercado) e os Ingleses dominavam o seu comércio, pois grande parte das firmas exportadoras estabelecidas na cidade do Porto eram inglesas,¹⁶³ assim como eram britânicos, ou os seus representantes, os comissários que iam ao Douro comprar vinho aos produtores.¹⁶⁴

O século XIX marca uma viragem na fase de expansão que vinha atravessando o sector exportador do vinho do Porto, não propriamente por haver uma diminuição nas quantidades exportadas, mas sim, porque se verificou uma desaceleração do seu ritmo de crescimento e porque o sector foi afectado por crises sucessivas.¹⁶⁵

Neste período, a exportação de vinho do Porto foi perdendo gradualmente a sua posição no mercado tradicional e sentiu dificuldades para encontrar novos destinos. Como estava muito dependente do mercado inglês, ressentiu-se, pois a procura inglesa de vinhos teve uma tendência negativa durante este período. Os consumidores ingleses passaram a preferir bebidas e vinhos com baixo teor alcoólico e mais baratos, sobretudo vinhos espanhóis, e além disto, os vinhos franceses deixaram de estar sobrecarregados com taxas desde 1831.¹⁶⁶ A procura de vinhos portugueses na Grã-Bretanha, onde o Porto continuava a dominar, representando entre 80% a 90% do vinho consumido, foi diminuindo ao longo do século XIX, passando de cerca de 60% em 1800-09, para cerca de 39% três décadas depois e no final do século, representar pouco mais de 20%.¹⁶⁷

¹⁶¹ *Id. Ibid.* p.65.

¹⁶² *Id. Ibid.* p.65.

¹⁶³ Entre as várias empresas, encontrava-se a *Hunt, Roope, Teage & C^a*. In MARTINS, Conceição Andrade – **Os ciclos do Vinho do Porto: Ensaio de periodização**. In **Análise Social**, vol. XXVI (100), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1988. p.395.

¹⁶⁴ *Idem, Ibidem.* p.395.

¹⁶⁵ MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.66.

¹⁶⁶ *Idem. Ibidem.* p.66.

¹⁶⁷ *Id. Ibid.* p.66.

2.2 – O Comércio de Vinho do Porto, segundo os Conhecimentos de Embarque (1800-1832)

Segundo os conhecimentos de embarque, no ano de 1800, a firma *Hunt, Newman & Roope, C^{o.}*, embarcou 1.262.525 litros¹⁶⁸ de vinho do Porto, com as exportações do sector de 30.838.500 litros neste ano.¹⁶⁹ O porto de Londres foi um dos principais destinos das exportações da *Hunt, Newman & Roope, C^{o.}*, sendo para aí enviados 321.750 litros de vinho, correspondendo a 25,49% do total exportado nesse ano, seguindo-se Greenock com 227.425 litros (18,01%), Plymouth com 153.724 litros (12,18%) e Bristol com 110.275 litros (8,73%), absorvendo estes portos o total de 813.175 litros, ou 64,41% das quantidades vendidas.¹⁷⁰ Quanto à distribuição mensal dos volumes de vinho do Porto embarcados, o mês de Março com 418.825 litros, a que equivale 33,17% da totalidade, teve o maior volume, seguindo-se Agosto, Maio e Julho, com valores de 192.500, 191.400 e 190.850 litros, respectivamente, correspondendo a 15,25%, 15,16% e 15,12%, dos totais embarcados.¹⁷¹

No ano de 1801, marcado pela Guerra das Laranjas, a empresa *Hunt, Newman & Roope, C^{o.}*, teve um aumento nas exportações, chegando ao valor de 1.792.175 litros,¹⁷² com o sector a aumentar também os totais dos volumes exportados, para 43.233.300 litros.¹⁷³ O porto de Liverpool foi o destino principal das exportações da companhia, para aí seguindo 474.375 litros, 26,47% do total exportado nesse ano, vindo em seguida Greenock, com 298.650 litros (16,66%), depois Waterford, com 217.800 litros (12,15%) e Londres, com 207.900 litros (11,60%).¹⁷⁴ O mês de Março foi o mês em que houve maior número de embarques, com um total de 611.600 litros (34,13%), seguindo-se

¹⁶⁸ Neste ano de 1800, a *Hunt Roope* vendeu 1.650 litros de Vinho do Porto branco: 550 litros para Greenock, 550 litros para Topsham e 550 litros para Falmouth.

¹⁶⁹ GUICHARD, François, [et. al.] – **O Vinho do Porto**. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 2003. p.147.

¹⁷⁰ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^{o.}, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337.

¹⁷¹ Como a documentação tem registos de embarques que transitam de um mês para outro (caso de o porto de destino ser o mesmo), optamos por contabilizar apenas os embarques efectuados num determinado mês, não contando os embarques registados no mês seguinte. A totalidade dos volumes embarcados, referentes aos destinos, será analisada nos portos, onde aí será contabilizado todo o volume exportado.

¹⁷² Neste ano, as quantidades de vinho do Porto branco exportadas aumentaram para 50.600 litros, expedindo-se 44.275 litros para Dartmouth, 2.200 litros para Liverpool, 550 para Greenock, 275 para Londres e 3.300 litros para Waterford.

¹⁷³ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁷⁴ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^{o.}, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337.

Junho com 571.725 (31,90%), Maio com 287.925 litros (16,07%) e Julho com 214.500 litros, o que equivale a 11,97%.¹⁷⁵

Em 1802, verifica-se uma quebra na exportação de vinho do Porto, quer por parte da companhia, quer do sector, pois venderam-se apenas 429.825 litros,¹⁷⁶ tendo o sector exportado um total de 24.534.400 litros.¹⁷⁷ Neste ano, o porto de Sligo, na Irlanda, foi o principal destino das exportações da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, pois absorveu 19,83% ou 85.250 litros, seguindo-se Bristol, para onde foram 73.700 litros (17,15%), Londres 72.875 litros (16,96%) e Leith 30.800 litros (7,17%).¹⁷⁸ A maioria dos embarques ocorreu entre Março e Setembro, totalizando neste período 388.850 litros, o equivalente a 90,47% dos embarques efectuados, tendo tido lugar o maior volume durante o mês de Julho, 181.500 litros, (42,23%), seguindo-se Setembro com 105.325 litros (24,50%) e Abril com 44.000 litros, o equivalente a 10,24%.¹⁷⁹

No ano de 1814,¹⁸⁰ passado o período conturbado da Guerra Peninsular, a empresa *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, comercializou entre Maio e Dezembro 340.552 litros¹⁸¹ de vinho do Porto, com o sector a exportar neste ano 15.767.400 litros.¹⁸² O grosso dos embarques efectuou-se em Junho com 141.900 litros (41,67%) e Agosto com 140.250 litros (41,18%), totalizando estes 2 meses, 282.150 litros ou seja, cerca de 82,85% do volume embarcado.¹⁸³ Londres foi o principal destino, com 187.550 litros, correspondendo (55,07%) do total, seguindo-se St. Johns com 47.850 (14,05%) e Greenock com 39.600 litros, o equivalente a 11,63% dos embarques de vinho do Porto.¹⁸⁴

¹⁷⁵ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337.

¹⁷⁶ Neste ano de 1802, saíram 275 litros de vinho do Porto branco tendo como destino Belfast.

¹⁷⁷ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁷⁸ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337.

¹⁷⁹ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337.

¹⁸⁰ Para as datas entre 1803 e 1813, não se encontraram registos nos Conhecimentos de Embarque, pois a documentação para este período não existe no Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, C^o.* Não se sabe ao certo o que terá acontecido à documentação: Ter-se-á perdido? Terá sido enviada para Londres aquando das Invasões? Terá sido destruída? Lamentavelmente não temos informação suficiente sobre o que terá sucedido a este corpo documental, por isso, não pudemos analisar os anos de 1803 a 1813. Só havendo registos de embarque a partir do mês de Maio.

¹⁸¹ Neste ano saíram 514,5 litros de Vinho do Porto em garrafas, tendo como destino Lisboa.

¹⁸² GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁸³ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379.

¹⁸⁴ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379.

Em 1815, através da análise da documentação, verificamos que a companhia embarcou 325.325 litros, um valor inferior ao do ano anterior, com exportações do sector neste ano a chegarem aos 20.757.000 litros.¹⁸⁵ Junho foi o mês com maior volume de embarques, com um valor de 221.925 litros (68,22%), seguindo-se Janeiro com 50.050 litros (15,39%). Os principais destinos foram: Londres com 142.450, Waterford com 64.900 e St. Johns com 30.800 litros, correspondendo, respectivamente, a 43,79%, 19,95% e 9,47% do total.¹⁸⁶

No ano de 1816, embarcaram-se 137.775 litros¹⁸⁷ de vinho do Porto, menos de metade da quantidade de 1815, com as exportações neste ano a totalizarem os 13.844.600 litros.¹⁸⁸ As vendas foram regulares ao longo do ano, apenas não havendo exportações em Abril e Junho. Contudo, entre Fevereiro e Agosto houve uma maior incidência, pois neste período, embarcaram-se 122.925 litros de vinho do Porto, equivalendo a 89,22% do total. Do período referido, o mês de Maio foi aquele em que mais se exportou, 39.600 litros (28,74%), seguindo-se Fevereiro e Julho, com 27.500 litros (19,96% do total das saídas de vinho) cada um. Liverpool foi o porto para onde mais se enviou vinho, absorvendo 22,75% (31.350 litros), seguindo-se Boston e St. Johns, cada um, com 27.500 litros (19,96%) do total exportado.¹⁸⁹

Em 1817, o sector do vinho do Porto exportou 17.459.200 litros,¹⁹⁰ com a *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, a embarcar neste ano um volume de 301.840 litros¹⁹¹ de vinho, o que significou um aumento em relação a 1816. Outubro foi o mês com maior actividade, saindo 143.825 litros (47,65% do total), seguiram-se Fevereiro, Dezembro e Agosto, com, 51.975 (17,22%), 42.625 (14,12%) e 42.240 litros (13,99%), respectivamente, do total. Neste ano, Londres foi o porto principal para onde foi embarcada maior quantidade de vinho, sendo para aí enviados 175.725 litros (58,22% do global), seguindo-se, mas em menor escala, Waterford e St. Johns, com 27.500 litros (9,11% do total), cada um.¹⁹²

¹⁸⁵ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁸⁶ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379.

¹⁸⁷ Neste ano, exportaram-se 275 litros de vinho do Porto branco para Dartmouth.

¹⁸⁸ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁸⁹ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379.

¹⁹⁰ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁹¹ Neste ano, a empresa embarcou 275 litros de vinho do Porto branco para Dartmouth.

¹⁹² Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379.

No ano de 1818, a empresa *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, teve um volume de embarques de 157.128 litros¹⁹³ de vinho do Porto, tendo o sector exportado 20.653.050 litros.¹⁹⁴ Os meses de Maio, Agosto e Fevereiro foram aqueles em que as exportações da empresa foram maiores, respectivamente, 66.000 (42,00%), 50.462,5 (32,12%) e 15.503 litros (9,87%). Londres foi o porto para onde mais se enviou vinho, recebendo 63.800 litros (40,60%), seguindo-se St. Johns com 28.600 litros (18,20%), Dartmouth e Topsham, com 15.950 litros (10,15%), cada um, das vendas ao exterior.¹⁹⁵

O ano de 1819 regista uma descida nas exportações, quer do sector (14.512.850 litros),¹⁹⁶ quer da empresa, embarcando-se neste ano, apenas 121.825 litros. Os principais volumes de exportação verificaram-se nos meses de Julho com 30.387,5 litros (24,94%), Dezembro com 21.175 litros (17,38%) e Fevereiro com 17.875 litros (14,67%). O porto de St. Johns, na Terra Nova, recebeu 41.387,5 litros (33,97%) de vinho do Porto, seguindo-se Londres com 27.500 litros (22,57%) e Greenock com 14.025 litros (11,51%).¹⁹⁷

Em 1820, ano da Revolução que instaurou o liberalismo em Portugal, as exportações de vinho do Porto atingiram os 17.441.050 litros,¹⁹⁸ um aumento em relação a 1819, com a *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, a expedir 168.850 litros. Julho foi o mês com mais embarques, enviando-se para o exterior 91.575 litros (54,23%), seguindo-se os meses de Setembro com 27.500 litros (16,27%) e Outubro com 26.950 litros (15,96%). Os principais portos de exportação foram Londres com 63.800 litros (37,79%), St. Johns com 47.300 litros (28,01%) e Greenock com 34.650 litros (20,52%).¹⁹⁹

No ano de 1821, as exportações do sector do vinho do Porto aumentaram para 18.954.100 litros,²⁰⁰ tendo a companhia exportado 167.776 litros,²⁰¹ valor ligeiramente

¹⁹³ Exportaram-se neste ano 378 litros de vinho do Porto em garrafas, sendo a mercadoria expedida para Lisboa.

¹⁹⁴ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁹⁵ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379.

¹⁹⁶ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁹⁷ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379 e **Conhecimentos de Embarque** 1819-1825, Pasta 222.

¹⁹⁸ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

¹⁹⁹ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque** 1819-1825, Pasta 222.

²⁰⁰ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²⁰¹ Neste ano, a firma comercializou 10.476 litros de vinho do Porto em garrafas, dos quais 5.328 litros tiveram como destino Quebec e 5.148 litros seguiram para St. Johns.

inferior ao do ano anterior. Maio foi o mês com maior volume de embarques, 59.950 litros (35,73%), seguindo-se de Março com 32.828 litros (19,57%) e Outubro com 27.148 litros, a que corresponde 16,18% das exportações. Os portos de Boston, Quebec e St. Johns, com 58.850 litros (35,08%), 32.828 litros (19,57%) e 18.073 litros (10,77%), respectivamente, foram os principais destinos das vendas da Hunt, Newman & Roope, C^o.²⁰²

Em 1822, exportaram-se 20.853.250 litros,²⁰³ um valor superior a 1821, com as exportações da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, a terem uma queda abrupta, em relação ao ano anterior, pois o volume de embarques foi apenas de 75.711 litros,²⁰⁴ cerca de metade do valor do ano anterior. Neste ano, Junho foi o mês com mais vendas, 26.400 litros (35,15%), seguindo-se Julho com 11.861 litros (15,79%) e Fevereiro com 11.550 litros, ou 15,38% do volume total. O porto de St. Johns foi o principal destino da mercadoria, absorvendo 30,07% da globalidade das exportações (22.586 litros), vindo a seguir Londres com 18,67% (14.025 litros) e Greenock com 18,31% (13.750 litros).²⁰⁵

No ano de 1823, o sector exportou 16.538.500 litros²⁰⁶ de vinho do Porto, tendo a *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, embarcado 93.327,96 litros,²⁰⁷ valor superior ao verificado em 1822. O maior volume de embarques ocorreu no mês de Agosto, com 27.963,96 litros (29,96%), seguindo-se Abril com 14.300 litros (15,32%) e Junho com 14.076,5 litros (15,08%). Para o porto de Dartmouth seguiram a maior parte das exportações da firma (34.013,96 litros, 36,45%), vindo a seguir Londres com 31,82% (29.700 litros) e Halifax, que recebendo 9.539 litros, equivale a 10,22% do total.²⁰⁸

Em 1824, o sector comercializou 15.890.600 litros,²⁰⁹ um valor ligeiramente inferior ao ano anterior, com a *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, a embarcar 56.256,8 litros²¹⁰ de

²⁰² Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222.

²⁰³ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²⁰⁴ Neste ano, a empresa embarcou 36 litros de vinho do Porto em garrafas, tendo esta mercadoria como destino St. Johns.

²⁰⁵ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222.

²⁰⁶ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²⁰⁷ Neste ano, a *Hunt, Newman & Roope, C^o* exportou 5.328 litros de vinho do Porto em garrafas, seguindo para Dartmouth 2.664 litros e 2.664 litros para Halifax. A empresa exportou também 137,5 litros de vinho do Porto branco para Carbonear.

²⁰⁸ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222.

²⁰⁹ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²¹⁰ Neste ano, a empresa embarcou 432 litros de vinho do Porto em garrafas, tendo como destino o porto de St. Johns.

vinho, menos do que em 1823. Neste ano, os meses com maior número de embarques foram Agosto com 25.025 litros (44,48%), Julho com 12.099,8 litros (21,51%) e Março com 6.600 litros (11,73%). Londres foi o principal destino das exportações, sendo para aí enviados 29.975 litros, o que representa 53,28% do total, muito distante do porto de Liverpool, que recebendo perto de 11.000 litros (10.999,8 litros), absorveu 19,55% do vinho enviado para o exterior, seguindo-se Exeter com 5.775 litros (10,27%).²¹¹

No ano de 1825, a firma embarcou 210.429,48 litros²¹² de vinho do Porto, com o sector a exportar 28.566.450 litros,²¹³ um aumento em relação ao ano anterior. Os maiores fluxos de embarques verificaram-se entre Fevereiro e Outubro, com mais exportações em Agosto (47.987,48 litros, 22,81%), Outubro (38.775 litros, 18,43%), Junho (34.787 litros, 16,53%) e Julho (31.625 litros, 15,03%). Londres foi o principal destino das vendas da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, recebendo 92.400 litros (43,91% das exportações), seguindo-se Liverpool com 38.224,98 litros (18,17%) e Boston com 27.362 litros (13%) das vendas.²¹⁴

No ano de 1826, exportaram-se 14.862.650 litros,²¹⁵ um valor de cerca de metade do ano anterior, contudo, as exportações da *Hunt, Newman & Roope, C^o.* aumentaram, para 268.982,5 litros.²¹⁶ A maior parte dos embarques ocorreram nos meses de Janeiro (87.175 litros, 32,41%), Setembro (62.494,5 litros, 23,23%) e Dezembro (23.100 litros, 8,59%). O porto de Londres foi o destino principal das vendas da firma, recebendo 142.175 litros (52,86%), seguindo-se Boston com 54.382 litros (20,22%) e St. Johns com 24.750 litros (9,20%).²¹⁷

Em 1827, a *Hunt, Newman & Roope, C^o.* embarcou 188.215,19 litros,²¹⁸ menos do que no ano anterior, enquanto o sector aumentou as exportações para os 19.185.100

²¹¹ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**. 1819-1825, Pasta 222.

²¹² Neste ano foram embarcados 1.512 litros de vinho do Porto em garrafas, tendo como destino Boston.

²¹³ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²¹⁴ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222 e **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268.

²¹⁵ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²¹⁶ Neste ano exportaram-se 8.145 litros de vinho do Porto em garrafas, dos quais 7.632 litros para Boston e 513 litros para Liverpool. A *Hunt, Newman & Roope, C^o.* vendeu também 275 litros de vinho do Porto branco para Londres, neste ano.

²¹⁷ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268.

²¹⁸ Neste ano, a empresa embarcou 73.265,19 litros de vinho do Porto em garrafas, dos quais 9.835,39 litros para Bristol, 7.749 litros para Dartmouth, 2.565 litros para Glasgow, 27.030,62 litros para Liverpool, 20.955,18 litros para Londres e 5.130 litros para Southampton. A *Hunt Roope* exportou também 137,5 litros de vinho do Porto branco para Dartmouth.

litros,²¹⁹ não acompanhando a empresa a tendência do sector. Neste ano, Julho foi o mês com maior número de embarques, 48.660,76 litros (25,85%), seguindo-se os meses de Junho com 24.498,76 litros (13,02%), Dezembro com 24.195 litros (12,86%) e Outubro com 23.337,8 litros (12,4%). O porto de Londres foi o destino principal, recebendo 58.630,18 litros (31,15%), seguindo-se St. Johns com 48.675 litros (25,86%) e Liverpool com 28.955,62 litros (15,38%).²²⁰

As vendas da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, em 1828, foram de 417.825,75 litros²²¹ de vinho do Porto, um aumento em relação a 1827, exportando o sector 22.891.000 litros.²²² Neste ano, as maiores quantidades de embarques ocorreram em Julho, sendo enviados para o exterior 123.096,54 litros (29,46%), em Outubro, 105.476,24 litros (25,24%) e em Março, 64.532,3 litros (15,45%). O porto de Dartmouth foi o destino principal das vendas da empresa, recebendo 103.197,61 litros (24,7%), secundado por Filadélfia com 80.082 litros (19,17%) e Londres com 79.991,54 litros (19,15%) do volume embarcado.²²³

Em 1829 foram exportados 14.111.350 litros²²⁴ de vinho, menos do que no ano anterior, com a *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, a embarcar neste ano um volume de 240.468,2 litros,²²⁵ um número inferior ao verificado no ano anterior. Junho com 78.819,55 litros (32,78%), Agosto com 69.632,05 litros (28,96%) e Julho com 30.800 litros (12,81%) foram os meses com maior número de embarques. Londres foi o destino principal, recebendo 112.862,48 litros (46,93% do total), seguindo-se a Terra Nova²²⁶ com 30.250 litros (12,58%), enquanto Dartmouth recebeu 29.616,59 litros (12,32%).²²⁷

²¹⁹ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²²⁰ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268.

²²¹ Neste ano, embarcaram-se 218.588,25 litros de vinho do Porto em garrafas, dos quais 1.305 litros para Boston, 72.672,61 litros para Dartmouth, 10.782 litros para Filadélfia, 1.539 litros para Glasgow, 2.619 litros para Jersey, 23.136,36 litros para Liverpool, 69.541,54 litros para Londres, 3.132 litros para Newcastle, 28.379,74 litros para Plymouth e 5.481 litros para Poole.

²²² GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²²³ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268.

²²⁴ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²²⁵ A *Hunt, Newman & Roope, C^o* embarcou neste ano 102.555,7 litros de vinho do Porto em garrafas, dos quais 1.350 litros para Bristol, 12.841,59 litros para Dartmouth, 1.288,13 litros para Gibraltar, 86.049,98 litros para Londres e 1.026 litros para o Rio de Janeiro.

²²⁶ Newfoundland.

²²⁷ Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268.

No ano de 1830, a companhia teve um volume de embarques de 113.859,19 litros,²²⁸ menos do que no ano anterior e as exportações do sector também tiveram uma quebra, para os 10.545.150 litros.²²⁹ As maiores quantidades de embarques ocorreram em Julho, 50.763 litros (44,58%), Fevereiro, 20.625 litros (18,11%) e Maio, 9.176,6 litros (8,06%), recebendo o porto de Londres 42.756,44 litros (37,55% do vinho expedido), enquanto para o Quebec seguiram 40.588 litros (35,65%) e para Southampton 6.050 litros (5,31%).²³⁰

Em 1831, exportaram-se 11.162.250 litros de vinho do Porto,²³¹ um aumento em relação a 1830, tendo a *Hunt, Newman & Roope, C^o* embarcado 143.178,67 litros.²³² Deste volume, 56.365 litros foram exportados no mês de Agosto (39,37% do total), 20.408,5 litros em Fevereiro (14,25%) e 14.894,82 litros em Junho (10,40%). Neste ano, o porto de St. Johns foi o destino principal da mercadoria, recebendo 36.523,31 litros (25,51%), seguindo-se Londres com 24.161,65 litros (16,88%) e Hamburgo com 19.250 litros (13,45% dos volumes exportados).²³³

No ano de 1832 o sector do vinho do Porto exportou 7.547.100 litros,²³⁴ menos do que em 1831, porém, as exportações da *Hunt, Newman & Roope, C^o*, aumentaram em relação ao ano anterior, para 200.821,38 litros.²³⁵ As exportações ocorreram entre Janeiro e Agosto, devido ao início da Guerra Civil. Abril, com 106.259 litros (52,91%), Março, com 51.399,91 litros (25,6%) e Janeiro, com 16.999,89 litros (8,47%), foram os meses em que a firma mais exportou. O principal destino das vendas da empresa foi

²²⁸ Embarcaram-se neste ano 11.820,44 litros de vinho do Porto em garrafas, dos quais 1.539 litros para Cork, 1.026 litros para Hamburgo, 3.078 litros para Liverpool, 3.043,44 litros para Londres, 2.088 litros para Quebec e 108 litros para Viana.

²²⁹ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²³⁰ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o, Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268 e **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

²³¹ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²³² Neste ano, a *Hunt, Newman & Roope, C^o* exportou 26.303,67 litros de vinho do Porto em garrafas, dos quais 1.350 litros para a Baía, 2.316,38 litros para Cork, 2.829,38 litros para Lisboa, 3.043,91 litros para Liverpool, 2.299,15 litros para Londres, 810 litros para Newcastle, 1.350 litros para Pernambuco, 2.700 litros para Plymouth, 3.855,38 litros para Southampton, 5.585,81 litros para St. Johns e 163,66 litros para Viana.

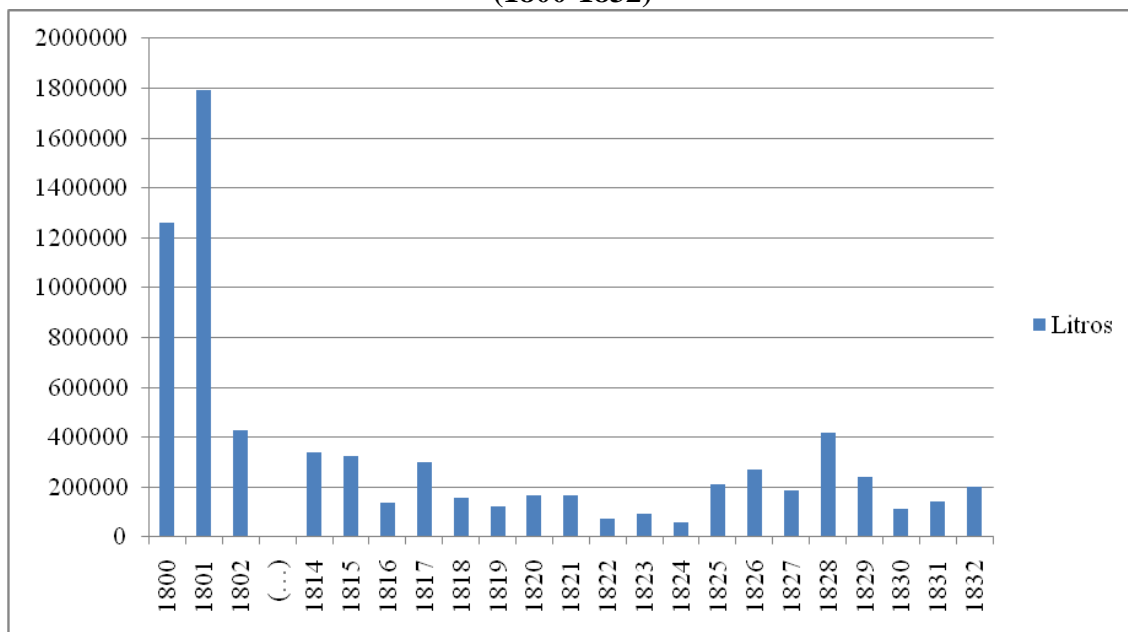
²³³ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o, Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

²³⁴ GUICHARD, François, [et. al.] – *ob. cit.* p.147.

²³⁵ A *Hunt, Newman & Roope, C^o* exportou neste ano 60.433,88 litros de vinho do Porto em garrafas, seguindo 513 litros para Bristol, 270 litros para Glasgow, 2.943 litros para Halifax, 11.094,89 litros para Jersey, 2.565 litros para Lisboa, 2.970 litros para Liverpool, 21.768,56 litros para Londres, 1.026 litros para Newcastle, 11.883,43 litros para Plymouth e 5.400 litros para Quebec. Neste ano, a empresa exportou também 54 litros de vinho do Porto branco, tendo como destino Londres.

Halifax, que recebeu 59.318 litros (29,54%), depois Londres com 37.718,56 litros (18,78%) e Quebec com 33.450 litros (16,66% do total).²³⁶

Gráfico 1: Vinho do Porto exportado pela *Hunt, Newman & Roope, Cº* (1800-1832)



Nota: O ano de 1814 corresponde aos meses de Maio a Dezembro.

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, Cº*, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

Através da análise do gráfico 1, nota-se que nos inícios do século XIX, a *Hunt, Newman & Roope, Cº*, teve um volume de exportações bastante elevado, pois nos anos de 1800 e 1801, os embarques de vinho do Porto foram sempre superiores a 1 milhão de litros, registando-se o maior volume em 1801, com 1.792.175 litros. Porém, estes valores sofrem uma quebra significativa em 1802 (neste ano foram exportados 429.825 litros).

Segundo Conceição Andrade Martins, o comércio externo de vinho do Porto conheceu um período de expansão acelerada entre 1775 e 1810, com uma fase de crescimento muito rápido entre 1775 e 1801 e uma outra fase, entre 1802 e 1810, onde

²³⁶ Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da *Hunt, Newman & Roope, Cº*, Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

já se verifica uma inversão da tendência expansiva.²³⁷ Por este motivo, os valores de embarques são bastante elevados nos dois primeiros anos do século XIX, havendo depois uma quebra, pois os anos de 1800 a 1802 inserem-se neste ciclo de expansão.

Este primeiro ciclo de expansão terminou sensivelmente por volta de 1808-10, em consequência de inúmeros factores, entre os quais se destacam as Invasões Francesas, a abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, a situação político-militar e social da Europa durante toda a primeira metade do século XIX, a instabilidade política interna subsequente às intervenções napoleónicas e que perdurou até à década de 1850, o comportamento do mercado inglês e o aumento generalizado da produção vinícola nacional e mundial.²³⁸

Após 1814, quantidades exportadas sofrem uma diminuição, descendo de 340.552 litros em 1814, para 137.775 litros em 1816, subindo em 1817 para 301.840 litros. Em 1818, os volumes de embarques descem novamente, atingindo um valor de 157.128 litros, e entre 1818 e 1825, os volumes foram sempre inferiores a 200 mil litros anuais, com o valor mais alto em 1820, 168.850 litros e o valor mais baixo em 1824, com apenas 56.256,8 litros de vinho do Porto exportados.

Os valores de exportação da *Hunt, Newman & Roope, C^o*, após 1814, foram sempre inferiores aos registados nos anos de 1800-1802, apenas se assinalando um volume superior a 400 mil litros no ano de 1828. Este facto, deve-se, segundo Conceição Andrade Martins, às Invasões Francesas que afectaram a produção e o comércio, enquanto a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, foi um factor de desinteresse dos agentes económicos ingleses por Portugal, levando a que as trocas marítimas entre Portugal e Inglaterra tivessem uma quebra. Isto, como é óbvio, também afectou o comércio de vinho do Porto.²³⁹ Segundo a mesma autora, as quebras registadas entre 1811-1814 foram provocadas, exclusivamente, pela brusca contracção da procura inglesa de vinhos, visto este mercado, passar a preferir vinhos mais leves e mais baratos, caso dos vinhos espanhóis.²⁴⁰ Por este motivo, se explica, as quebras nas vendas da *Hunt, Newman & Roope, C^o*, após 1814.

²³⁷ MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.84-85.

²³⁸ MARTINS, Conceição Andrade – **Os ciclos do Vinho do Porto: Ensaio de periodização**. In **Análise Social, vol. XXVI (100)**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1988. p.403.

²³⁹ MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.91-92.

²⁴⁰ *Idem, Ibidem*. p.91.

As exportações aumentam nos anos de 1825 e 1826, ultrapassando os 200 mil litros/ano, com 210.429,48 litros em 1825 e 268.982,5 em 1826, o que representa um ligeiro aumento, porém, estes valores caem em 1827, para 188.215,19 litros, voltando a aumentar em 1828 para mais de 400 mil litros (417.825,75 litros), caindo em 1829, para os 240.468,2 litros. Em 1830, os valores diminuem novamente, para os 113.859,19 litros, mantendo-se, contudo, valores de exportação superiores a 100 mil litros/ano, no período entre 1830 e 1832, registando neste último ano, um valor superior a 200 mil litros (200.821,38), um aumento em relação ao ano anterior, em que a Hunt, Newman & Roope, C^o., teve um volume de embarques de 143.178,67 litros de vinho do Porto.

De acordo com Conceição Andrade Martins, após 1825, inicia-se um movimento de recuperação, contudo, este movimento foi afectado por algumas crises, como a de 1829-33, que foi uma das mais significativas.²⁴¹ Esta crise foi geral e surgiu de forma abrupta, pois as exportações sofreram uma quebra abrupta, invertendo-se depois a tendência, subindo repentinamente, também em poucos anos, para valores de antes da crise.²⁴² De acordo com a autora, na origem desta crise estará a redução das importações inglesas e brasileiras de vinho do Porto.²⁴³

A quebra no comércio de vinho do Porto com o Brasil não ficou a dever-se à independência desta ex-colónia, mas sobretudo, às restrições impostas ao funcionamento, competências e atribuições da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e à crescente concorrência neste mercado dos vinhos espanhóis, que aí eram colocados a preços mais baixos.²⁴⁴ A diminuição do comércio com a Inglaterra pode ser entendido enquadrando-se no movimento global de retracção do comércio vinícola inglês. Ao mesmo tempo, neste período, a procura à escala mundial, favorecia vinhos mais baratos e de menor teor alcoólico, caso dos vinhos espanhóis, que tinham custos de produção inferiores aos do vinho do Porto, e que beneficiavam, em alguns países, de facilidades de importação.²⁴⁵

Na opinião de Conceição Andrade Martins, a situação política interna, como aliás amplamente analisamos no capítulo anterior, seria uma das principais razões para a crise.²⁴⁶ A regularidade do comércio deverá ter sido afectado pela falta de transportes e

²⁴¹ *Id. Ibid.* p.92.

²⁴² *Id. Ibid.* p.93.

²⁴³ *Id. Ibid.* p.93.

²⁴⁴ *Id. Ibid.* p.94.

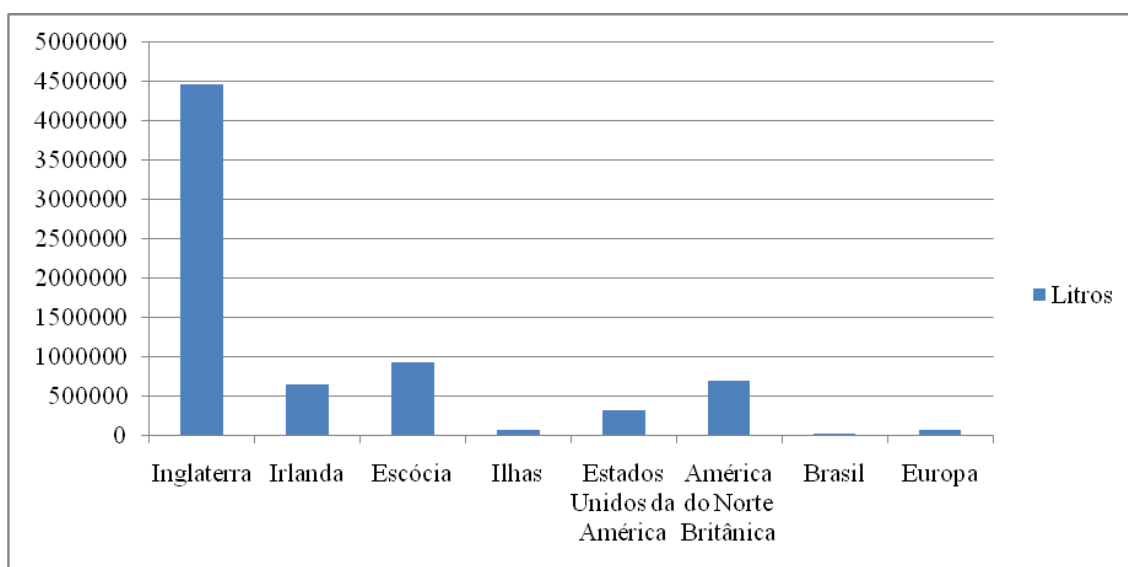
²⁴⁵ *Id. Ibid.* p.94.

²⁴⁶ *Id. Ibid.* p.94-95.

pela insegurança geral, daí se terem notado diminuições nas exportações para todos os mercados, e não somente para Inglaterra e Brasil.²⁴⁷

Pelos motivos expostos, se compreende porque as exportações da *Hunt, Newman & Roope, C.º* subiram após 1825, sofrendo posteriormente uma quebra, pois a empresa acompanhou a evolução do sector.

Gráfico 2: Mercados para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.º* exportava vinho (1800-1832)



Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, *Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C.º, Conhecimentos de Embarque*, 1790-1802, Pasta 337; *Conhecimentos de Embarque*, 1814-1819, Pasta 379; *Conhecimentos de Embarque*, 1819-1825, Pasta 222; *Conhecimentos de Embarque*, 1825-1830, Pasta 268; *Conhecimentos de Embarque*, 1830-1838, Pasta 34.

Quadro 1: Mercados para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.º* exportava vinho (1800-1832)

Destino (País/Região)	Total	Percentagem
Bristol	295.085,89	4,09%
Dartmouth	469.239,7	6,50%
Dover	9.350	0,13%
Exeter	29.425	0,41%
Falmouth	87.450	1,21%
Hoylake	1.100	0,02%
Hull	77.000	1,07%

²⁴⁷ *Id. Ibid.* p.95.

Lancaster	1.650	0,02%
Liverpool	780.684,39	10,82%
Londres	1.936.270,85	26,84%
Lynn	13.200	0,18%
Newcastle	11.980,5	0,17%
Plymouth	349.725,67	4,85%
Poole	34.218,5	0,47%
Portsmouth	28.325	0,39%
Ramsgate	550	0,01%
Southampton	212.210,38	2,94%
Topsham	100.925	1,40%
Weymouth	1.100	0,02%
Whitehaven	27.500	0,38%
Yarmouth	6.600	0,09%
Inglaterra	4.473.590,88	
Belfast	30.250	0,42%
Cork	49.230,38	0,68%
Dublin	84.150	1,17%
Sligo	86.075	1,19%
Waterford	396.000	5,49%
Irlanda	645.705,38	
Alexandria	23.650	0,33%
Glasgow	5.749	0,08%
Greenock	714.450	9,90%
Leith	188.650	2,62%
Escócia	932.499	
Gibraltar	199.88,13	0,28%
Guernsey	25.300	0,35%
Jersey	25.813,89	0,36%
Territórios Britânicos	71.102,02	
Boston	236.086,5	3,27%
Filadélfia	80.082	1,11%
Nova Iorque	2.200	0,03%
Newburyport	825	0,01%
Estados Unidos da América	319.193,5	
Burin	55	0,001%
Caplin Bay (Caplin Cove)	137,5	0,002%

Carbonear	412,5	0,01%
Ferryland	137,5	0,002%
Halifax	68.857	0,95%
Mortier	137,5	0,002%
Newfoundland	30.250	0,42%
Quebec	106.866	1,48%
St. Johns	483.514,31	6,70%
Trinity	275	0,004%
Twillingate	137,5	0,002%
América do Norte Britânica	690.779,81	
Baía	1.350	0,02%
Pernambuco	1.350	0,02%
Rio de Janeiro	2.676	0,04%
Brasil	5.376	
Amsterdão	1.100	0,02%
Cádiz	550	0,01%
Estocolmo	5.500	0,08%
Figueira	6.600	0,09%
Génova	1.650	0,02%
Hamburgo	25.776	0,36%
Livorno	1.100	0,02%
Lisboa	20.036,88	0,28%
Madeira	962,5	0,01%
Roterdão	550	0,01%
St. Petersburgo	11.000	0,15%
Viana	1.000,41	0,01%
Europa	75.825,79	

(em litros)

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, *Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.*, **Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

A análise dos conhecimentos de embarque, neste período entre 1800 e 1832, mostrou que o principal mercado para as exportações da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, foi a Inglaterra. Esta representou 62,01% do total (4.473.590,88 litros), secundado pela Escócia, que é no global o segundo destino mais importante dos vinhos da companhia,

com 12,93% (932.499 litros). Em seguida aparece a América do Norte Britânica,²⁴⁸ com 9,58% (690.779,81 litros) do volume total exportado na época estudada. Os mercados da Irlanda e dos Estados Unidos da América também têm uma posição significativa, pois representam, respectivamente, 8,95% (645.705,38 litros) e 4,42% (319.193,5 litros), tendo a Europa Continental um valor de pouco mais de 1% (1,05%, 75.825,79 litros). Gibraltar e as Ilhas (Guernsey e Jersey), correspondem a 0,99% (71.102,02 litros) e por fim o Brasil que significa 0,07% (5.376 litros) do comércio de vinho do Porto da *Hunt, Newman & Roope, C^o*.

As Ilhas Britânicas (Inglaterra, Irlanda e Escócia) correspondem a 83,89% do total de exportações da *Hunt, Newman & Roope, C^o*, o que equivale a 6.051.795,26 litros de vinho do Porto, logo secundado pelo mercado da América do Norte que vale 14,00% do comércio (1.009.973,31 litros), a Europa Continental significa 1,05% (75.825,79 litros), Gibraltar e as Ilhas (Guernsey e Jersey) 0,99% (71.102,02 litros) e o Brasil 5.376 litros ou 0,07% do total exportado.

Neste período estudado, de acordo com o quadro 1, foram estes os destinos para onde a *Hunt, Newman & Roope, C^o*, enviou mais de 100 mil litros de vinho do Porto: Londres que representa 26,84% das vendas (1.936.270,85 litros), Liverpool 10,82% (780.684,39 litros), Greenock 9,90% (714.450 litros), St. Johns 6,70% (483.514,31 litros), Dartmouth 6,50% (469.239,7 litros), Waterford 5,49% (396.000 litros), Plymouth 4,88% (351.777,67 litros), Bristol 4,09% (295.085,89 litros), Boston 3,27% (236.086,5 litros), Southampton 2,91% (212.210,38 litros), Leith 2,62% (188.650 litros), Quebec 1,48% (106.866 litros) e Topsham 1,40% (100.925 litros). Destes 13 portos, 7 são da Inglaterra, 1 da Irlanda, 2 da Escócia, 1 dos Estados Unidos da América e 2 da América do Norte Britânica, actual Canadá.

Entre 1800 e 1832, Londres é o principal porto de destino dos vinhos da *Hunt, Newman & Roope, C^o* na Inglaterra, pois aí desembarca 43,28% do vinho expedido para este mercado (1.936.270,85 litros). Logo a seguir aparece Liverpool com 17,45% do total exportado para Inglaterra (780.684,39 litros), enquanto Dartmouth representa 10,49% (469.239,7 litros), Plymouth 7,86% (351.777,67 litros), Bristol 6,60% (295.085,89 litros), Southampton 4,70% (212.210,38 litros) e Topsham 2,26% (100.925 litros).

²⁴⁸ Designamos por América do Norte Britânica o actual Canadá.

Se como referimos, Londres é o principal porto de destino para o vinho da *Hunt, Newman & Roope, C.*, os portos provinciais²⁴⁹ são também importantes para a importação de vinho do Porto. De acordo com Fisher, o que acabamos de mencionar, poderá ter a ver com o facto de os comerciantes da efectuarem as importações de vinho através de portos secundários, mas talvez também pela possibilidade de aí pagarem direitos alfandegários menos elevados. Isto, aliás, poderia encorajar também os comerciantes londrinos a desembarcarem vinho noutros lugares e posteriormente transportá-lo para Londres.²⁵⁰ Assim, se conseguiria explicar os grandes volumes de vinho do Porto embarcado para portos como Bristol, Liverpool ou Southampton.

Na Irlanda, o porto de Waterford é o principal destino do vinho do Porto, onde chegam, no período em análise 61,33% (396.000 litros), do total dos vinhos exportados pela *Hunt, Newman & Roope, C.* para esta ilha. Os portos de Sligo e Dublin tinham uma importância menor, pois a cada um deles, chegava cerca de 13%²⁵¹ das exportações da *Hunt, Newman & Roope, C.* Na Escócia, quem domina é Greenock, representando 76,62% das vendas (714.450 litros) para aí efectuadas pela empresa estudada, em segundo lugar temos Leith com 20,23%, (188.650 litros de vinho do Porto).

O mercado das Ilhas Britânicas é o principal destino das exportações vinícolas da *Hunt, Newman & Roope, C.*, seguindo a tendência do sector, que segundo Conceição Andrade Martins, absorveu mais de 80% do vinho comercializado.²⁵² O mercado da Inglaterra, no entanto, absorve cerca de 62% do seu vinho, uma percentagem diferente da registada pelo sector, que, de acordo com a referida autora, corresponde a cerca de 80% do comércio, na primeira metade do século XIX.²⁵³

Jersey recebeu 25.813,89 litros (36,31%), Guernsey 25.300 litros (35,58%), enquanto para Gibraltar foram 19.988,13 litros (28,11%). Segundo Paul Duguid, as Ilhas do Canal gozavam de taxas de importação mais baixas que a Grã-Bretanha, sendo provável que o vinho exportado para Guernsey fosse seguidamente contrabandeado para

²⁴⁹ Usando a designação de H.E.S. Fisher In FISHER, H.E.S. – **De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770.** Lisboa: Gradiva, 1984. p.119.

²⁵⁰ FISHER, H.E.S. – **De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770.** Lisboa: Gradiva, 1984. p.118.

²⁵¹ Sligo com 86.075 litros (13,33%) e Dublin com 84.150 litros (13,03%).

²⁵² MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.48.

²⁵³ *Idem, Ibidem.* p.48, quadro3.

Inglaterra.²⁵⁴ Segundo o mesmo autor, o vinho para Gibraltar era provavelmente destinado à guarnição aí existente.²⁵⁵ Por não termos informação na documentação que nos elucide sobre o motivo para a *Hunt, Newman & Roope, C^o*, exportar para estes destinos, decidimos optar pela explicação avançada pelo referido autor sobre este facto. Isto talvez permita esclarecer porque a *Hunt, Newman & Roope, C^o*, exportou vinho do Porto para estes locais.

Nos Estados Unidos da América, Boston é o principal destino, recebendo 236.086,5 litros, o que equivale a 73,96% do vinho vendido a esse país. Na América do Norte Britânica, que é também um importante mercado para a *Hunt, Newman & Roope, C^o*, o porto de St. Johns dominou as importações, absorvendo 70,00% do vinho para aí enviado (483.514,31 litros), já o porto de Quebec recebia 106.866 litros (15,47%), enquanto a Halifax chegavam 68.857 litros (9,97%).

A *Hunt, Newman & Roope, C^o*, tinha uma firma associada em St. Johns,²⁵⁶ na Terra Nova, o que pode explicar o motivo pelo qual este porto era o mais importante destino na América do Norte Britânica. Possivelmente, algum deste vinho poderia ser reexportado, quer para a América do Norte Britânica, quer para os Estados Unidos da América.

Assim, constatamos que a América do Norte anglo-saxónica era um cliente importante para a *Hunt, Newman & Roope, C^o*, pois para aí enviou no período considerado, 14% do vinho vendido. Entre 1800 e 1814 não encontramos na documentação compulsada referências a este mercado, o qual já nos aparece depois de 1814. Isto pode ter a ver, segundo Conceição Andrade Martins,²⁵⁷ com a com a necessidade de diversificar os mercados, que o sector sentiu após 1810. Como alternativa ao mercado inglês, a empresa voltou-se para o mercado da América do Norte, onde já negociava na segunda metade do século XVIII.²⁵⁸ Aí era agente de vários negociantes, quer dos Estados Unidos, quer da América do Norte Britânica, tendo como

²⁵⁴ DUGUID, Paul – **Tudo em detalhes: instantâneos sobre o Comércio de Vinho do Porto em 1777 e 1786.** In **Douro: Estudos & Documentos, n^o10.** Porto: GEHVID, 2000. p.52.

²⁵⁵ *Idem, Ibidem.* p.52.

²⁵⁶ RIBEIRO, Jorge Martins – **A Comunidade Britânica do Porto durante as Invasões Francesas 1807-1811.** Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990. p.28.

²⁵⁷ MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.49.

²⁵⁸ Na década de 1760, a firma tinha a designação de Holdsworth, Olive and Newman. In FISHER, H.E.S. – **De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770.** Lisboa: Gradiva, 1984. p.106.

uma das suas principais linhas de actividade a organização da venda de bacalhau da Terra Nova e da Nova Inglaterra.²⁵⁹

O Brasil recebeu 5.376 litros, com o porto do Rio de Janeiro a absorver 49,78% (2.676 litros) das vendas da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, para este país. Quanto ao mercado europeu, que representa apenas 1,05% das vendas, Hamburgo com 33,99% (25.776 litros) é o destino principal para a Europa, tendo em Lisboa e St. Petersburgo outros dois importantes destinos, com, respectivamente, 26,42% (20.036,88 litros) e 14,51% (11.000 litros). O mercado europeu, apesar do reduzido volume de vendas, pode representar uma alternativa para a *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, e deste modo compensar o decréscimo das exportações para a Inglaterra.²⁶⁰ Apenas de referir, que em nosso entender, a maior parte do vinho enviado para Lisboa também se devia destinar à exportação.

²⁵⁹ FISHER, H.E.S. – **De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770.** Lisboa: Gradiva, 1984. p.106; 108-109.

²⁶⁰ Tal como por nós descrito nas páginas anteriores.

Conclusão

O primeiro terço do século XIX foi um período conturbado na História de Portugal. Às reacções portuguesas aos acontecimentos da Revolução Francesa, seguiu-se uma hostilidade de Paris contra Portugal, não só pela participação do exército português em campanhas contra a França, mas sobretudo pela Aliança que Lisboa tinha com o principal rival desta, a Inglaterra. Neste sentido, as autoridades francesas tentaram sempre que Portugal abandonasse essa aliança e se juntasse à França na luta contra a Grã-Bretanha.

Era objectivo gaulês que Lisboa além de abandonar a Aliança Inglesa encerrasse os seus portos ao comércio com o Reino Unido, único meio de conseguir atingir esse país, levando-o a encetar negociações de paz. Assim, se compreende as intervenções militares da França contra Portugal, primeiro em 1801 (campanha realizada pelo seu aliado espanhol) e depois em 1807, 1809 e 1810. Estas últimas intervenções militares, surgem após a declaração do Bloqueio Continental, objectivo de Napoleão no sentido de tentar arruinar a economia inglesa e o seu comércio, de forma a obrigar este país a pedir a paz.

As Invasões de 1807, 1809 e 1810, afectaram Portugal Metropolitano e obrigou a família real e a corte a refugiarem-se no Brasil. Ao mesmo tempo, a guerra destruiu algumas zonas do território nacional, desestruturou o comércio, o que afectou consideravelmente as exportações de vinho do Porto.

A empresa *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, nos inícios do século XIX, teve volumes de exportação de vinho do Porto muito consideráveis, porém, após 1814, esses valores diminuíram, acompanhando a tendência do sector, tudo isto como consequência das Invasões Francesas e também da abertura dos portos brasileiros em 1808 e do Tratado de 1810. Tudo isto levou ao desinteresse dos agentes britânicos pelo comércio com Portugal, afectando deste modo o negócio do vinho do Porto, visto a Inglaterra ser o principal mercado deste vinho.

Outras causas explicam também a quebra na exportação de vinho do Porto, por parte da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, Uma delas é a diminuição da procura britânica, pois os ingleses passaram a preferir vinhos mais leves, caso dos espanhóis, e assim, efectuaram menos compras de vinhos portugueses, em especial de vinho do Porto.

Após a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, onde se manteve até 1821, a salvo dos problemas europeus. No Brasil, em 1815, o Príncipe Regente D. João cria o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sendo isto interpretado como uma intenção de não voltar à Europa. A Revolução de 1820, porém, obrigou-o a voltar para Portugal. D. João, que partira de Lisboa como Príncipe Regente, regressaria como rei, pois sua mãe, a rainha D. Maria I, falecera em 1816.

A Revolução de 1820 teve na sua origem um conjunto diverso de factores, um deles a insatisfação com a presença e o ascendente britânico sobre Portugal, mas também o facto da família real continuar no Brasil. Esta primeira experiência liberal, contudo, duraria pouco tempo, pois após 1823 começam a surgir movimentos de contestação e oposição ao liberalismo, que terminaram com a Abrilada.

Durante este período, as exportações de vinho do Porto tiveram um decréscimo, explicável pela conjuntura política, mas também pela quebra na procura inglesa.

Com a morte do rei D. João VI, inicia-se o problema da sucessão ao trono de Portugal. D. Pedro é aceite como o legítimo herdeiro da coroa, na esperança de que renunciasse a favor de sua filha D. Maria da Glória ou de seu irmão D. Miguel.

De facto, D. Pedro resolveu abdicar da coroa portuguesa a favor da sua filha, com a condição desta casar com seu tio D. Miguel. Este, porém, ao chegar a Portugal e após sucessivas manifestações favoráveis, decide fazer-se aclamar rei, segundo o modelo tradicional. Iniciam-se as lutas liberais, opondo os absolutistas aos liberais. Os quais pretendem restituir o trono a D. Maria II.

Após algum tempo no exílio, este grupo de liberais, já então liderados por D. Pedro, estabelecem contactos para organizarem uma expedição a Portugal, no sentido de devolver a coroa a D. Maria II. Dava-se início assim ao período da Guerra Civil, que terminaria com uma vitória liberal e com o exílio de D. Miguel.

Durante este período, o comércio de vinho do Porto da *Hunt, Newman & Roope, Cº.*, teve uma evolução positiva, pois aumentou as exportações, acompanhando a tendência do sector, uma vez que após 1825 surge uma recuperação neste comércio. Todavia, esta retoma das exportações vai apenas até 1829, altura em que há uma ligeira quebra, subindo posteriormente, entre 1830 e 1832.

Após o golpe miguelista de 1828, a cidade do Porto esteve no centro das lutas entre liberais e absolutistas, que culminaram com o cerco da cidade do Porto. A regularidade

do comércio em geral, e do vinho do Porto, em particular, foi afectada pela falta de transportes e pela insegurança geral, daí ter-se notado uma diminuição nas exportações.

Neste primeiro terço do século XIX, a firma *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, acompanhou as oscilações do negócio do vinho do Porto. Experimentou um grande volume de exportações nos inícios de oitocentos, teve um decréscimo após 1814, recuperou de 1825 até 1829 e decaiu em 1830, após o que, entre 1831 e 1832, ocorreu uma retoma nos volumes dos vinhos exportados.

Refira-se por último que as Ilhas Britânicas são o principal cliente dos vinhos da *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, pois mais de 80% do vinho exportado por esta companhia teve como destino este mercado. O actual Canadá terá comprado a esta empresa cerca de 10% do vinho vendido para o estrangeiro, enquanto os Estados Unidos, se ficaram por uns meros 4%. No entanto, se o Brasil, segundo Conceição Andrade Martins,²⁶¹ foi uma alternativa para a colocação dos excedentes e também fazer face à concorrência dos vinhos espanhóis, tendo, entre 1815 e 1830, aumentado extraordinariamente a exportação deste produto para este reino. A *Hunt, Newman & Roope, C^o.*, conforme vimos, encontrou uma saída para as suas exportações, não na América do Sul, mas na América do Norte anglo-saxónica.

²⁶¹ MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990. p.102-103.

Bibliografia

Fontes Primárias

Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337.

Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379.

Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222.

Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268.

Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – **As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais**. In “MATTOSO, José (dir.) – **História de Portugal. Vol. V. O Liberalismo (1807-1890)**”. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – **D. Maria II**. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

CRUZ, Marlene da – **Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Newman & Roope, C^o.** **Roope & Companhia. Vol. I. Relatório de Estágio do Curso Pós-Graduação em Ciências Documentais, Variante Arquivos**. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2005.

CUNHA, P. Penner – **Sob Fogo. Portugal e a Espanha entre 1800 e 1820**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

DUGUID, Paul – **Tudo em detalhes: instantâneos sobre o Comércio de Vinho do Porto em 1777 e 1786.** In **Douro: Estudos & Documentos**, nº10. Porto: GEHVID, 2000.

FARIA, Ana Leal – **Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815.** Lisboa: Tribuna da História, 2008.

FISHER, H.E.S. – **De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770.** Lisboa: Gradiva, 1984.

GOTTERI, Nicole – **Napoleão e Portugal.** Lisboa: Teorema, 2006.

GUICHARD, François, [et. al.] – **O Vinho do Porto.** Porto: Instituto do Vinho do Porto, 2003.

LABOURDETTE, Jean-François – **História de Portugal.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003.

LEAL, Paula Montes – **O Arquivo Histórico A.A.F.** In SOUSA, Fernando de – **Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto. (6/7 de Dezembro de 2001).** Porto: CEPESE, 2001.

LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – **D. Miguel.** Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

MACEDO, Jorge Borges de – **História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força. Estudos de Geopolítica. Vol.I.** Lisboa: Tribuna/Instituto de Defesa Nacional, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira — **Pesos e Medidas.** In SERRÃO, Joel (dir.) — **"Dicionário de História de Portugal"**, vol.5, Porto: Livraria Figueirinhas, 1981.

MARQUES, A. H. de Oliveira – **História de Portugal. Vol.II. Do Renascimento às Revoluções Liberais.** Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MARTINS, Conceição Andrade – **Os ciclos do Vinho do Porto: Ensaio de periodização.** In “**Análise Social**”, vol. XXVI (100), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1988.

MARTINS, Conceição Andrade – **Memória do Vinho do Porto.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – **D. João VI. O Clemente.** Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

RAMOS, Luís de Oliveira – **Sob o Signo das Luzes.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

RIBEIRO, Jorge Martins – **A Comunidade Britânica do Porto durante as Invasões Francesas 1807-1811.** Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

SANTOS, Eugénio dos – **D. Pedro IV. Liberdade, Paixões, Honra.** Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de (dir.) – **Nova História de Portugal. Vol. IX. Portugal e a Instauração do Liberalismo.** Lisboa: Editorial Presença, 2002.

Fontes Secundárias

<http://www.legislation.gov.uk/ukxi/1995/1804/schedule/made>

ANEXOS

Quadro A: Exportação de Vinho do Porto, (1800-1832)

Ano	Comercialização Total
1800	30.838.500
1801	43.233.300
1802	24.534.400
1803	30.566.800
1804	20.374.750
1805	23.990.450
1806	24.893.000
1807	30.094.900
1808	22.113.850
1809	24.501.950
1810	23.181.950
1811	13.303.950
1812	13.102.100
1813	13.838.550
1814	15.767.400
1815	20.757.000
1816	13.844.600
1817	17.459.200
1818	20.653.050
1819	14.512.850
1820	17.441.050
1821	18.954.100
1822	20.853.250
1823	16.538.500
1824	15.890.600
1825	28.566.450
1826	14.862.650
1827	19.185.100
1828	22.891.000
1829	14.111.350
1830	13.303.950
1831	12.551.000
1832	9.206.450

(em litros)

Fonte: GUICHARD, François, [et. al.] – **O Vinho do Porto**. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 2003. p.147.

**Quadro B: Embarques de vinho do Porto da *Hunt, Newman & Roope, C.º*,
(1800-1832)**

Meses	1800	1801	1802	1814	1815
Janeiro	0	0	0	0	50050
Fevereiro	69300	0	2475	0	0
Março	418825	611600	29700	0	3575
Abril	0	85250	44000	0	0
Maiο	191400	287925	35750	550	8800
Junho	104775	571725	16500	141900	221925
Julho	190850	214500	181500	1100	16225
Agosto	192500	0	5775	140250	15950
Setembro	9350	0	105325	0	275
Outubro	55275	5775	8800	28977	1100
Novembro	18150	0	0	0	6600
Dezembro	12100	15400	0	27775	825
Total	1262525	1792175	429825	340552	325325

(cont.)

Meses	1816	1817	1818	1819	1820
Janeiro	1925	0	1650	6050	2200
Fevereiro	27500	51975	15503	17875	0
Março	11000	1100	0	0	1100
Abril	0	550	0	0	0
Maiο	39600	2200	66000	4950	0
Junho	0	550	3987,5	16225	17050
Julho	27500	3850	0	30387,5	91575
Agosto	17325	42240	50462,5	4950	0
Setembro	550	12375	2750	137,5	27500
Outubro	4950	143825	12100	13750	26950
Novembro	1650	550	4675	6325	825
Dezembro	5775	42625	0	21175	1650
Total	137775	301840	157128	121825	168850

(cont.)

Meses	1821	1822	1823	1824	1825
Janeiro	0	2750	13200	0	4400
Fevereiro	9350	11550	1650	0	13200
Março	32828	825	550	6600	0
Abril	0	0	14300	2200	275
Mai	59950	5775	3575	550	10725
Junho	4400	26400	14076,5	2357	34787
Julho	19525	11861	2887,5	12099,8	31625
Agosto	11000	1650	27963,96	25025	47987,48
Setembro	0	1650	825	1650	25905
Outubro	27148	4675	0	2750	38775
Novembro	2750	4125	7700	3025	0
Dezembro	825	3850	6600	0	2750
Total	167776	75111	93327,96	56256,8	210429,48

(cont.)

Meses	1826	1827	1828	1829
Janeiro	87175	11550	29918,74	0
Fevereiro	3850	275	0	1350
Março	550	0	64532,3	8800
Abril	8250	12925	3450,38	0
Mai	14025	4425,3814	50268,91	4125
Junho	20625	24498,763	16362,5	78819,55
Julho	21725	48660,76	123096,54	30800
Agosto	0	11937,14	2750	69632,05
Setembro	62494,5	8249,7405	5637,5	13750
Outubro	20313	23337,8	105476,24	29754,0924
Novembro	6875	18160,625	3444	2612,5
Dezembro	23100	24195	12888,65	825
Total	268982,5	188215,19	417825,75	240468,2

(cont.)

Meses	1830	1831	1832
Janeiro	137,5	1417,1481	16999,889
Fevereiro	20625	20408,50	8615,5
Março	1576	4691,1442	51399,91
Abril	5667,2962	12940,881	106259
Maiο	9176,6	10903,381	275
Junho	4400	14894,82	3659,58
Julho	50763	5312,5	7700
Agosto	3739	56365	5912,5
Setembro	5842,75	2475	0
Outubro	7340,5	540	0
Novembro	3850	5030,3	0
Dezembro	550	8200	0
1830	191,5		
Total	113859,19	143178,67	200821,38

(em litros)

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, *Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.*, **Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

Quadro C: Portos para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.* exportava vinho do Porto, (1800-1832)

Porto	1800	Porto	1801	Porto	1802
Belfast	20350	Bristol	42350	Belfast	2475
Bristol	110275	Cork	4950	Bristol	73700
Dartmouth	15400	Dartmouth	166925	Cádiz	550
Dover	3850	Dover	5500	Cork	26400
Dublin	2750	Dublin	22000	Falmouth	15950
Falmouth	26400	Falmouth	41800	Greenock	20350
Greenock	227425	Greenock	298650	Guernsey	12650
Guernsey	12650	Hull	15950	Hull	12650
Hull	45650	Leith	97350	Leith	30800
Jersey	550	Liverpool	474375	Liverpool	15950
Leith	47575	Londres	207900	Londres	72875
Liverpool	105600	Plymouth	98725	Lynn	1100
Londres	321750	Portsmouth	23650	Nova Iorque	2200
Lynn	11000	Southampton	21450	Plymouth	5500
Plymouth	153725	Topsham	24200	Sligo	85250
Poole	17600	Waterford	217800	Southampton	28325
Portsmouth	4675	Weymouth	1100	Waterford	23100
Ramsgate	550	Whitehaven	27500	Total	429825
Sligo	825	Total	1792175		
Southampton	73700				
Topsham	50875				
Waterford	9350				
Total	1262525				

(Cont.)

Porto	1814	Porto	1815	Porto	1816	Porto	1817
Bristol	550	Alexandria	12650	Alexandria	11000	Belfast	550
Dublin	12100	Boston	8525	Boston	27500	Boston	11000
Greenock	39600	Bristol	550	Bristol	13200	Bristol	10450
Lisboa	1064,5	Dublin	11000	Dartmouth	11000	Dartmouth	13750
Liverpool	14850	Estocolmo	1650	Figueira	6600	Dublin	3300
Londres	187550	Falmouth	3300	Greenock	550	Greenock	18425
Madeira	962,5	Gibraltar	11000	Liverpool	31350	Leith	550
Plymouth	29150	Greenock	19800	Livorno	550	Liverpool	275
Southampton	3025	Liverpool	825	Londres	550	Londres	175725
St. Johns	47850	Londres	142450	Plymouth	1375	Lynn	550
Topsham	3850	Newburypark	825	Poole	2750	Southampton	10175
Total	340552	Plymouth	2750	Southampton	825	St. Johns	27500
		Southampton	14300	St. Johns	27500	Topsham	1650
		St. Johns	30800	Topsham	1375	Viana	165
		Waterford	64900	Waterford	1650	Waterford	27500
		Total	325325	Total	137775	Yarmouth	275
					Total	Total	301840

(Cont.)

Porto	1818	Porto	1819	Porto	1820	Porto	1821
Boston	11412,5	Belfast	1100	Bristol	2200	Amsterdão	550
Bristol	1650	Bristol	6600	Exeter	1100	Boston	58850
Dartmouth	15950	Dartmouth	5500	Greenock	34650	Bristol	3300
Dublin	3300	Dublin	3300	Liverpool	1650	Dartmouth	8800
Greenock	1100	Ferryland	137,5	Londres	63800	Gibraltar	1100
Hoylake	1100	Greenock	14025	Plymouth	550	Leith	550
Lisboa	2578	Leith	2750	Southampton	1100	Liverpool	1100
Liverpool	5775	Liverpool	3025	St. Johns	47300	Londres	7975
Londres	63800	Londres	27500	Waterford	16500	Poole	550
Plymouth	3437,5	Lynn	550	Total	168850	Quebec	32828
Southampton	2200	Plymouth	275			Southampton	6600
St. Johns	28600	Poole	2200			St. Johns	18073
						St.	
Topsham	15950	Southampton	10175			Petersburgo	11000
Yarmouth	275	St. Johns	41387,5			Waterford	16500
Total	157128	Topsham	2750			Total	167776
		Yarmouth	550				
		Total	121825				

(Cont.)

Porto	1822	Porto	1823	Porto	1824	Porto	1825
Amsterdão	550	Bristol	1650	Bristol	1375	Boston	27362
Bristol	3850	Carbonear	137,5	Dartmouth	2200	Bristol	550
Dartmouth	9900	Dartmouth	34013,96	Exeter	5775	Burin	55
Exeter	3025	Greenock	5500	Glasgow	1100	Caplin Bay	137,5
Greenock	13750	Halifax	9539	Leith	550	Dartmouth	16500
Liverpool	550	Liverpool	2200	Liverpool	10999,8	Dublin	3850
Livorno	550	Londres	29700	Londres	29975	Exeter	8800
Londres	14025	Plymouth	2200	Plymouth	1375	Génova	1650
Plymouth	2200	Southampton	3025	Southampton	2200	Greenock	3300
Southampton	3850	St. Johns	687,5	St. Johns	707	Hull	2750
St. Johns	22586	Topsham	275	Total	56256,8	Jersey	6050
Trinity	275	Waterford	3300			Leith	4400
Total	75111	Yarmouth	1100			Liverpool	38224,98
		Total	93327,96			Londres	92400
						Plymouth	275
						Poole	1100
						Southampton	1375
						Yarmouth	1650
						Total	210429,48

(Cont.)

Porto	1826	Porto	1827	Porto	1828	Porto	1829
Boston	54382	Bristol	10385,39	Boston	37055	Bristol	4375
Bristol	1100	Cork	275	Bristol	2750	Carbonear	137,5
Cork	11000	Dartmouth	22736,5	Dartmouth	103197,61	Dartmouth	29616,59
Dublin	8250	Exeter	1650	Filadélfia	80082	Dublin	13750
Exeter	3850	Glasgow	2840	Glasgow	1539	Exeter	3300
Greenock	4950	Greenock	275	Greenock	3025	Gibraltar	7888,13
Hamburgo	5500	Lancaster	1100	Jersey	2619	Greenock	5775
Liverpool	5463	Leith	275	Liverpool	23273,86	Lancaster	550
Londres	142175	Liverpool	28955,62	Londres	79991,54	Liverpool	137,5
Mortier	137,5	Londres	58630,18	Newcastle	4782	Londres	112862,48
Plymouth	275	Newcastle	5087,5	Plymouth	28654,74	Newcastle	275
Poole	550	Plymouth	275	Poole	5481	Newfoundland	30250
Roterdão	550	Poole	825	Southampton	1100	Plymouth	4125
Southampton	1100	Southampton	6230	St. Johns	44275	Rio de Janeiro	2676
St. Johns	24750	St. Johns	48675	Total	417825,75	St. Johns	24750
Waterford	3850	Total	188215,19			Total	240468,2
Yarmouth	1100						
Total	268982,5						

(Cont.)

Porto	1830	Porto	1831	Porto	1832
Bristol	2337,5	Baía	1350	Belfast	5775
Carbonear	137,5	Bristol	137,5	Bristol	1750,5
Cork	4289	Cork	2316,38	Estocolmo	2750
Exeter	825	Dartmouth	13750	Glasgow	270
Greenock	275	Dublin	550	Greenock	275
Hamburgo	1026	Estocolmo	1100	Halifax	59318
Leith	550	Exeter	1100	Jersey	16594,89
Liverpool	5415,5	Greenock	2750	Leith	3300
Londres	42756,44	Hamburgo	19250	Lisboa	8065
Poole	3025	Lisboa	8329,38	Liverpool	7095
Quebec	40588	Liverpool	3593,91	Londres	37718,56
Southampton	6050	Londres	24161,65	Newcastle	1026
St. Johns	1650	Newcastle	810	Plymouth	11883,43
Twillingate	137,5	Pernambuco	1350	Quebec	33450
Viana	396,75	Plymouth	2975	Southampton	550
Waterford	3850	Poole	137,5	St. Johns	9900
Yarmouth	550	Southampton	14855,38	Yarmouth	1100
Total	113859,19	St. Johns	36523,31	Total	200821,38
		Viana	438,66		
		Waterford	7700		
		Total	143178,67		

(em litros)

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o.**, **Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

**Quadro D: Vinho do Porto exportado pela *Hunt, Newman & Roope, C^o*.
(1800-1832)**

Anos	Quantidades
1800	1262525
1801	1792175
1802	429825
(...)	(...)
1814	340552
1815	325325
1816	137775
1817	301840
1818	157128
1819	121825
1820	168850
1821	167776
1822	75111
1823	93327,96
1824	56256,8
1825	210429,48
1826	268982,5
1827	188215,19
1828	417825,75
1829	240468,2
1830	113859,19
1831	143178,67
1832	200821,38
(em litros)	

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C^o**, **Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

Quadro E: Mercados para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.º* exportava vinho (1800-1832)

Mercados	Litros	Percentagens
Inglaterra	4.473.590,88	62,01%
Irlanda	645.705,38	8,95%
Escócia	932.499	12,93%
Territórios Britânicos	71.102,02	0,99%
Estados Unidos da América	319.193,5	4,42%
América do Norte Britânica	690.779,81	9,58%
Brasil	5.376	0,07%
Europa	75.825,79	1,05%

(em litros)

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C.º, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

Quadro F: Mercados para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.º* exportava vinho (1800-1832)

Mercados	Litros	Percentagens
Ilhas Britânicas	6051795,26	83,89%
América do Norte	1009973,31	14,00%
Europa	75825,79	1,05%
Territórios Britânicos	71102,02	0,99%
Brasil	5376	0,07%

(em litros)

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C.º, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

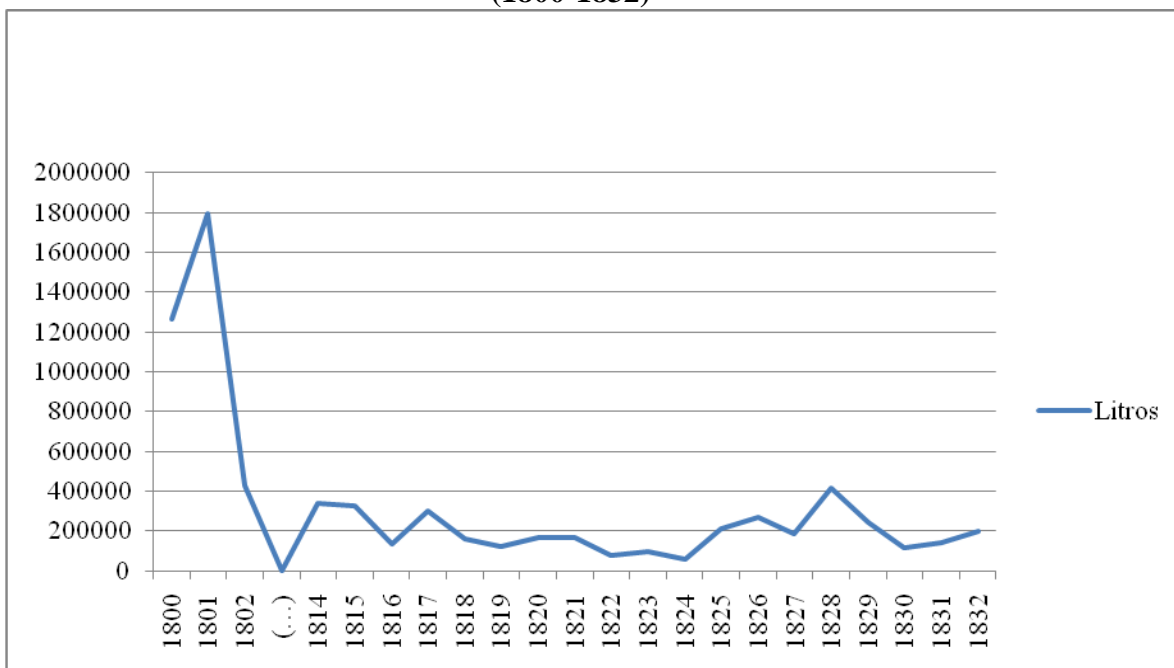
Quadro G: Principais Portos para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.º* exportava vinho (1800-1832)

Porto de Destino	Litros	Porcentagem
Londres	1936270,85	26,84%
Liverpool	780.684,39	10,82%
Greenock	714.450	9,90%
St. Johns	483.514	6,70%
Dartmouth	469.239,7	6,50%
Waterford	396.000	5,49%
Plymouth	351.777,67	4,88%
Bristol	295.085,89	4,09%
Boston	236.086,5	3,27%
Southampton	212.210,38	2,91%
Leith	188.650	2,62%
Quebec	106.866	1,48%
Topsham	100.925	1,40%

(em litros)

Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C.º, Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

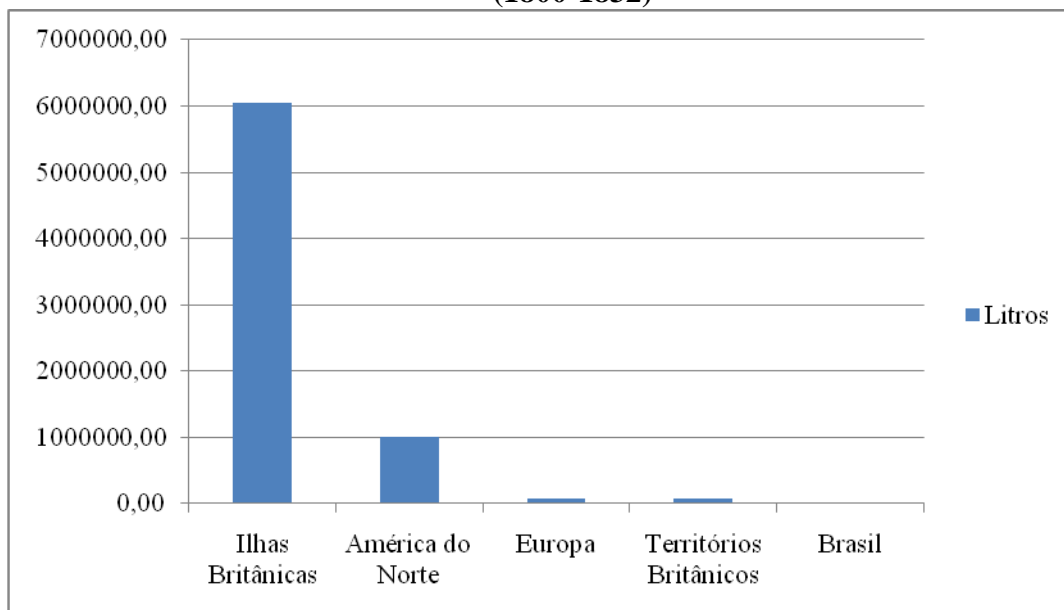
Gráfico A: Vinho do Porto exportado pela *Hunt, Newman & Roope, Cº.* (1800-1832)



Nota: O ano de 1814 corresponde aos meses de Maio a Dezembro.

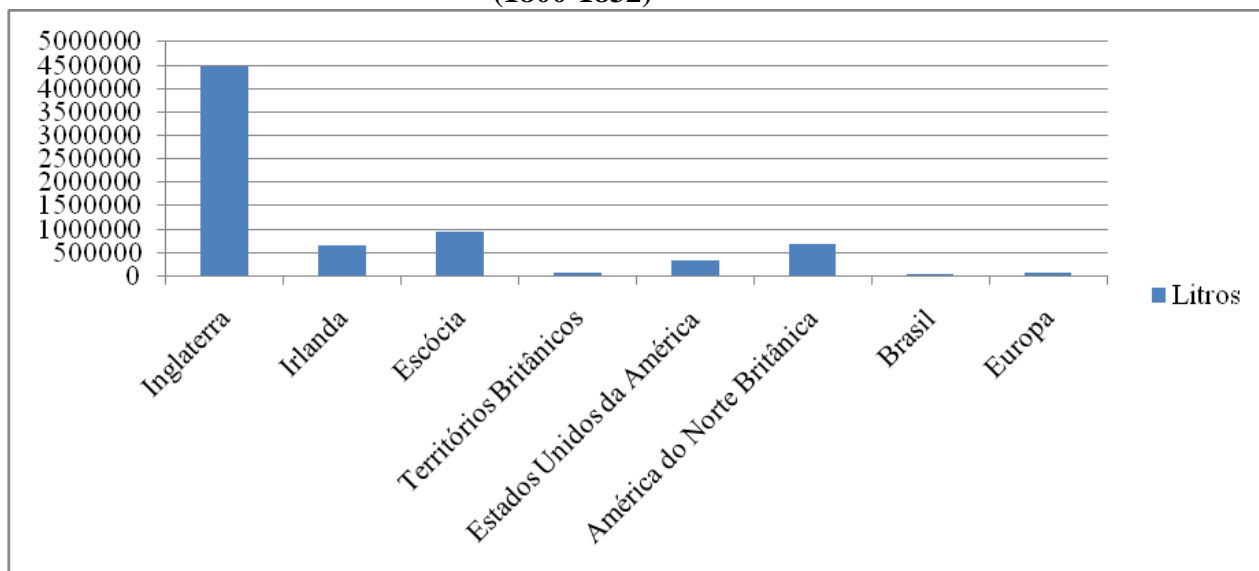
Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, **Arquivo da Hunt, Newman & Roope, Cº., Newman & Roope, Cº., Newman & Roope, Co., Conhecimentos de Embarque, 1790-1802, Pasta 337; Conhecimentos de Embarque, 1814-1819, Pasta 379; Conhecimentos de Embarque, 1819-1825, Pasta 222; Conhecimentos de Embarque, 1825-1830, Pasta 268; Conhecimentos de Embarque, 1830-1838, Pasta 34.**

Gráfico B: Mercados para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.º* exportava vinho (1800-1832)



Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, *Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C.º*, **Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.

Gráfico C: Mercados para onde a *Hunt, Newman & Roope, C.º* exportava vinho (1800-1832)



Fonte: Arquivo Histórico A. A. Ferreira, *Arquivo da Hunt, Newman & Roope, C.º*, **Conhecimentos de Embarque**, 1790-1802, Pasta 337; **Conhecimentos de Embarque**, 1814-1819, Pasta 379; **Conhecimentos de Embarque**, 1819-1825, Pasta 222; **Conhecimentos de Embarque**, 1825-1830, Pasta 268; **Conhecimentos de Embarque**, 1830-1838, Pasta 34.